



CRESCIMENTO INCLUSIVO EM MOÇAMBIQUE

- reforçando a investigação e
as capacidades

Mobilidade Social Intergeracional em Moçambique

Informações do Inquérito sobre as Vidas
Vulneráveis de 2024

RELATÓRIO
FEVEREIRO DE 2025



Prefácio

Temos o prazer de apresentar este relatório sobre a Mobilidade Intergeracional em Moçambique, baseado nos dados recolhidos através do Inquérito sobre as Vidas Vulneráveis (*Vulnerable Lives Survey* – VLS) de 2024.

Este inquérito foi realizado no âmbito do programa *Crescimento Inclusivo em Moçambique* (IGM). O IGM é um programa de investigação e de desenvolvimento de capacidades que apoia Moçambique desde 2015 na concepção de políticas baseadas em evidências que promovem o crescimento inclusivo, beneficiando os grupos mais pobres e vulneráveis. O programa é implementado pela Direcção Nacional de Políticas Económicas e de Desenvolvimento (DNPED) do Ministério da Economia e Finanças de Moçambique (MEF) e pelo Centro de Estudos de Economia e Gestão (CEEG) da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em parceria com o Grupo de Investigação em Economia do Desenvolvimento da Universidade de Copenhaga (UCPH-DERG) e o Instituto Mundial de Investigação em Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER). O programa reconhece com gratidão o apoio financeiro dos Governos da Finlândia, da Noruega e da Suíça.

Este relatório foi redigido por Giulia Barletta sob a orientação e a supervisão especializadas de Finn Tarp e Sam Jones. Expressamos a nossa sincera gratidão a todos os colaboradores e a todas as partes interessadas que desempenharam um papel essencial na concepção, na implementação e na recolha de dados do Inquérito sobre as Vidas Vulneráveis (VLS). Os seus esforços colectivos foram fundamentais para que este relatório fosse concluído com sucesso.

Em particular, gostaríamos de agradecer a Hanna Berkel, Sara Almeida, Hilário Muchabel e Juli Melembe, bem como à equipa da ONG moçambicana ANSA pelo seu profissionalismo e empenho na recolha de dados de alta qualidade em circunstâncias difíceis. Este relatório não teria sido possível sem o apoio activo e o envolvimento do pessoal técnico do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e do MEF. Agradecemos especialmente a Issufo Anasse, Geral A. Bazo, Filipe Bo, Finório Castigo, Jorge Mariano, Assane Juma, Fernando Chipequete, José Amoda, Angelo Tivane e Nguma Geraldo (SPAS Nampula) pelos seus inestimáveis contributos. Finalmente, a nossa gratidão estende-se também aos numerosos participantes do VLS, cuja disponibilidade para partilharem as suas experiências e os seus conhecimentos foi inestimável.

O conjunto único de dados do VLS representa o primeiro esforço abrangente em Moçambique para recolher informação retrospectiva sobre o nível de escolaridade, a situação profissional e o bem-estar multidimensional e subjectivo entre gerações. Pela

sua concepção inovadora e pela inclusão de dados demográficos e socioeconómicos detalhados, o VLS permite uma análise subtil da dinâmica da mobilidade relativamente às dimensões da escolaridade, da actividade profissional e do bem-estar multidimensional e subjectivo.

Os resultados revelam uma interacção complexa entre progresso e desigualdades persistentes e oferecem uma perspectiva valiosa para a compreensão da mobilidade intergeracional no panorama socioeconómico em evolução de Moçambique. O relatório sublinha as disparidades nos resultados da mobilidade entre géneros e regiões geográficas, destacando a necessidade urgente de intervenções para quebrar os ciclos de pobreza intergeracional e promover o desenvolvimento inclusivo no país.

Embora a análise se centre em locais seleccionados no Norte, no Centro e no Sul de Moçambique, os resultados lançam as bases para estudos subsequentes, oferecendo abordagens metodológicas e ferramentas que podem ser adaptadas para aplicações mais amplas. Esperamos que este relatório sirva não só para melhorar a compreensão da dinâmica da mobilidade, mas também para informar a formulação de políticas baseadas em evidências, com o objectivo de promover uma maior igualdade de oportunidades e melhorar os meios de subsistência em Moçambique.

Dr. Ângelo Nhalidade

Director Nacional

Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento (DNPED)

Ministério da Economia e Finanças (MEF)

Maputo, Moçambique

17 Fevereiro de 2025

Índice

Prefácio.....	i
1. Introdução.....	1
2. Dados e metodologias.....	3
2.1 Dados	3
2.1.1 Estratégia de amostragem e locais do VLS	3
2.1.2 Amostra de mobilidade intergeracional.....	4
2.2 Metodologia.....	6
2.2.1 Construção das variáveis.....	7
2.2.2 Medidas	12
3. Resultados: Mobilidade intergeracional nas diferentes dimensões de resultados	15
3.1 Mobilidade intergeracional na educação.....	15
3.2 Mobilidade intergeracional na actividade profissional.....	21
3.2.1 Categorias de actividades profissionais	21
3.2.2 Transições entre actividades agrícolas e actividades não agrícolas.....	26
3.3 Mobilidade intergeracional no bem-estar multidimensional	30
3.3.1 Da pobreza à não pobreza de acordo com o IPM.....	30
3.3.2 Número de privações	33
3.4 Mobilidade intergeracional no bem-estar subjectivo	37
3.4.1 Percepções sobre a mobilidade intergeracional: factores contributivos e a geração seguinte.....	40
4. Resultados: Factores determinantes da mobilidade ascendente.....	43
4.1 Determinantes da mobilidade ascendente na educação.....	43
4.2 Determinantes da mobilidade ascendente na actividade profissional.....	45
4.3 Determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional .	49
4.4 Determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar subjectivo	51
4.5 Correlação entre as medidas de mobilidade	52
5. Conclusões e recomendações em matéria de políticas	55

1. Introdução

A mobilidade social intergeracional refere-se geralmente ao movimento de indivíduos ou de grupos socioeconómicos entre diferentes níveis de escolaridade, de actividade profissional, de classe social ou de rendimento ao longo das gerações. Apesar das definições e das medidas de mobilidade intergeracional variarem na literatura, os níveis mais elevados de mobilidade são amplamente reconhecidos como essenciais para promover a equidade e a eficiência económica nas sociedades, bem como a estabilidade social e política (Iversen et al., 2021). A baixa mobilidade social, em que os resultados socioeconómicos de um indivíduo são em grande parte determinados pelas suas circunstâncias à nascença e não pelo seu esforço ou mérito, perpetua o potencial humano não realizado e as ineficiências económicas. Ao abordar essas desigualdades, as sociedades podem promover o crescimento económico, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento inclusivo, em especial para as pessoas que se encontram na base da distribuição do rendimento, que são desproporcionadamente afectadas pela imobilidade (Narayan et al., 2018).

A análise da mobilidade social é especialmente relevante no Sul Global, onde a redução da pobreza e a mobilidade ascendente são vias fundamentais para a melhoria dos meios de subsistência. Muitos países de baixo rendimento apresentam desigualdades de rendimento acentuadas e a mobilidade limitada é com frequência simultaneamente uma consequência e um motor destas disparidades – um fenómeno registado na “Curva do Grande Gatsby” (Sakri et al., 2023). Apesar da importância destas questões, grande parte da investigação existente sobre mobilidade intergeracional centra-se nos países industrializados ou da OCDE, deixando uma lacuna na compreensão da dinâmica e dos factores impulsionadores da mobilidade social em contextos de baixo rendimento. Os dados existentes sobre a mobilidade na África Subsariana¹ revelam que os países da região tendem a registar uma maior imobilidade intergeracional em comparação com as nações industrializadas (Narayan et al., 2018). Existe, no entanto, uma heterogeneidade considerável: Alesina et al. referem que, na África do Sul e no Botswana, mais de 70% das crianças nascidas de pais sem instrução conseguem concluir o ensino primário, ao passo que no Sudão, na Etiópia, no Malawi, no Burquina Faso, na Guiné e em Moçambique este valor é inferior a 20%.

Moçambique constitui um caso particularmente interessante para a análise da mobilidade social. Após décadas de guerra que terminaram em 1992, o país registou inicialmente um crescimento económico sustentado e uma redução da pobreza. No entanto, desde 2015, estas tendências inverteram-se, com o crescimento per capita a estagnar e o consumo real das famílias a diminuir em todo o país. Simultaneamente, a

¹ Para estudos que analisam a mobilidade no continente africano, ver, entre outros: Alesina et al. 2021; Ouedraogo e Syrichas, 2021; Azomahou e Yitbarek, 2016; Piraino, 2015; Bossuoy e Cogneau, 2013.

desigualdade aumentou acentuadamente, com o fosso de consumo relativo entre os que estão em melhor situação e os que estão em pior situação a alargar-se significativamente (Barletta et al., 2024). Estes desenvolvimentos realçam a necessidade urgente de investigar a dinâmica da mobilidade intergeracional em Moçambique para compreender o modo como as barreiras estruturais moldam os resultados socioeconómicos.

Este relatório aproveita os dados do VLS de 2024 para analisar a mobilidade intergeracional em Moçambique nas dimensões da escolaridade, da actividade profissional, do bem-estar multidimensional e do bem-estar subjectivo. Ao examinar estes vários aspectos da mobilidade, pretendemos dar uma visão abrangente dos desafios e das oportunidades em termos de progresso social em Moçambique e contribuir para o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências que promovam uma maior igualdade de oportunidades e quebrem o ciclo de pobreza intergeracional.

O VLS é o primeiro inquérito no país a incorporar questões retrospectivas sobre o nível de escolaridade, a situação profissional e o bem-estar multidimensional da geração anterior, o que o torna um conjunto de dados inovador para o estudo da dinâmica intergeracional. A análise centra-se em locais seleccionados no Norte, no Centro e no Sul de Moçambique, oferecendo perspectivas fundamentais ao nível subnacional. Para além de estabelecer as bases para a monitorização longitudinal e para aplicações mais amplas dos instrumentos e metodologias de inquérito empregados no VLS, este relatório contribui para abrir caminho a estudos mais vastos sobre os impactos a longo prazo dos choques no bem-estar dos agregados familiares e na mobilidade intergeracional.

O restante relatório está estruturado da seguinte forma: a Secção 2 descreve os dados e os métodos utilizados na análise, incluindo uma visão geral da estratégia de amostragem do VLS e da construção de variáveis, bem como uma explicação detalhada das medidas e dos métodos empregados. A Secção 3 apresenta os resultados da mobilidade intergeracional em cada dimensão de resultados, explorando as tendências no âmbito da escolaridade, da actividade profissional, do bem-estar multidimensional e do bem-estar subjectivo. As subsecções analisam aspectos específicos, como as transições profissionais entre actividades agrícolas e actividades não agrícolas e o número de privações multidimensionais, ao mesmo tempo que desagregam as principais conclusões por género e localização. A Secção 4 examina os factores determinantes da mobilidade ascendente em cada dimensão, destacando os factores demográficos, do agregado familiar de infância e geográficos que estão associados aos resultados da mobilidade. Esta secção também explora as correlações entre as diferentes medidas de mobilidade, oferecendo informações sobre as suas interligações. Finalmente, a Secção 5 conclui o relatório com uma síntese das conclusões e das recomendações em matéria de políticas destinadas a melhorar a mobilidade intergeracional e a abordar as desigualdades de oportunidades persistentes em Moçambique.

2. Dados e metodologias

2.1 Dados

O **VLS** é um estudo abrangente concebido para recolher dados detalhados sobre os agregados familiares vulneráveis em Moçambique. Os seus principais objectivos são:

1. Compreender o modo como os programas de **protecção social** podem ser concebidos e implementados para apoiar os agregados familiares de forma eficaz.
2. Compreender a dinâmica da **mobilidade intergeracional**, incluindo os impactos a longo prazo de múltiplos choques no bem-estar dos agregados familiares, particularmente no que diz respeito às respostas de adaptação e à persistência intergeracional dos efeitos dos choques.

O presente relatório centra-se no objectivo 2. Ao fornecer uma avaliação pormenorizada da mobilidade intergeracional e dos seus determinantes em diferentes dimensões de resultados, a presente análise estabelece a base para outras investigações destinadas a estimar o impacto a longo prazo dos choques no bem-estar dos agregados familiares. É apresentada uma panorâmica geral do VLS para contextualizar a amostra e os dados utilizados.

2.1.1 Estratégia de amostragem e locais do VLS

O objectivo 1 do VLS é estimar o impacto de um dos principais programas de protecção social básica baseados em dinheiro em Moçambique, chamado *Programa de Subsídio Social Básico* (PSSB), em locais específicos que estiveram sujeitos a choques associados a conflitos, choques ambientais e choques económicos.

A amostra seleccionada para esta recolha de dados também reflecte o objectivo 1: inclui beneficiários do PSSB que têm pelo menos 60 anos de idade à data do inquérito, não têm uma fonte regular de rendimento e vivem numa das quatro províncias do estudo – Maputo, Sofala, Zambézia e Nampula. Aproximadamente 1.000 agregados familiares beneficiários estão incluídos nas quatro províncias. Para além dos beneficiários, com vista a avaliar as condições gerais de vida da população e isolar o potencial impacto do subsídio do PSSB, o VLS também inclui um grupo de comparação de cerca de 1.400 agregados familiares. Este grupo é constituído por agregados familiares que vivem na mesma comunidade (bairro) que os beneficiários, com pelo menos um membro que tem mais de 40 anos de idade mas que (ainda) não recebeu qualquer pagamento do subsídio para idosos do PSSB. Devido à proximidade geográfica, estes grupos terão provavelmente sido expostos aos mesmos choques de rendimento, choques associados a conflitos e choques ambientais.

Para compreender a dinâmica dos agregados familiares e identificar mecanismos de resiliência ao longo do tempo, o VLS foi concebido para seguir uma abordagem longitudinal – ou seja, entrevistar os mesmos agregados familiares ao longo do tempo. Contudo, para efeitos do presente relatório, centramo-nos exclusivamente na primeira ronda do inquérito.

O VLS foi realizado em quatro províncias do Sul (Província de Maputo), do Centro (Zambézia e Sofala) e do Norte (Nampula) de Moçambique. Os locais seleccionados e o tamanho da amostra são apresentados na Tabela 2.1. Os locais foram seleccionados com vista a analisar a eficácia do PSSB e eventos específicos relevantes para o objectivo dos estudos. Mais especificamente, as comunidades em Nampula (Norte) foram seleccionadas devido à anterior exposição a choques climáticos (Ciclone Gombe em 2022), bem como a diferenças específicas no calendário de pagamentos do PSSB em torno da ocorrência deste ciclone. Os locais no Centro e no Sul de Moçambique foram seleccionados com vista a investigar as implicações a longo prazo dos choques económicos relacionados com o declínio e a recuperação das grandes plantações de açúcar e as suas implicações para os padrões de mobilidade intergeracional.

Tabela 2.1 Amostra planeada do VLS por local e tipo de pessoa inquirida

Região	Província	Distrito	Posto Administrativo	PSSB	Outros
Norte	Nampula	Meconta	Namialo	200	200
	Nampula	Monapo	Monapo-Sede	200	200
Centro	Zambézia	Luabo	Luabo-Sede	150	250
	Sofala	Marromeu	Vila de Marromeu	150	250
Sul	Província de Maputo	Manhiça	Xinavane	150	250
	Província de Maputo	Manhiça	Município de Manhiça	150	250
Total				1.000	1.400

2.1.2 Amostra de mobilidade intergeracional

Em todos os locais, o VLS recolheu dados sobre as características demográficas e socioeconómicas dos inquiridos e do agregado familiar em que vivem, bem como informações sobre a exposição a choques e as estratégias de adaptação e sobre a saúde e as redes sociais. O inquérito também inclui módulos que permitem obter informações retrospectivas sobre o passado dos inquiridos, fundamentais para analisar a mobilidade intergeracional.

Em particular, o VLS recolhe informações sobre as características do agregado principal em que o inquirido cresceu, incluindo o acesso a serviços, a propriedade de bens duradouros e activos produtivos e as características da casa, bem como dados sobre alguns indivíduos-chave da árvore genealógica do inquirido, incluindo o chefe do agregado principal em que o inquirido cresceu. Para estes indivíduos, recolhemos dados

demográficos e informações sobre o nível de escolaridade e a sua principal actividade profissional². A Tabela 2.2 apresenta algumas estatísticas descritivas fundamentais da amostra utilizada neste relatório.

Tabela 2.2 Estatísticas descritivas: Percentagem e número de observações por características demográficas fundamentais

	Em percentagem	Obs.
Província		
Zambézia	16,2	403
Nampula	33,6	836
Sofala	16,3	406
Província de Maputo	33,9	842
Posto Administrativo		
Luabo-Sede	16,2	403
Namialo	16,6	413
Monapo-Sede	17,0	423
Vila de Marromeu	16,3	406
Xinavane	17,1	426
Município de Manhiça	16,7	416
Género do inquirido		
Homem	36,7	912
Mulher	63,3	1,575
Dimensão actual do agregado familiar		
1	9,0	223
2	12,7	315
3	13,4	334
4	13,3	330
5	13,8	343
6	11,3	280
7	8,6	213
8	6,7	166
9	4,2	105
10+	7,2	178
Média	5,0	
Idade do inquirido		
40-49	8,7	216
50-59	18,5	461
60-59	36,3	903
70-79	28,5	708
80+	8,0	199

² Ao longo do presente relatório, também nos referimos aos inquiridos como “filhos” ou geração dos filhos, referindo-nos ao chefe do agregado familiar em que os inquiridos passaram a maior parte do tempo desde o seu nascimento até completarem 12 anos como “pais” ou geração dos pais. Este segundo agregado familiar é designado “agregado familiar de infância”, ou seja, o agregado familiar em que o inquirido passou a sua infância.

Média	65,2	
Total		2.487

Ao longo desta análise, utilizamos a amostra acima definida sem aplicar pesos de amostras. Ou seja, dada a estratégia de amostragem específica adoptada no VLS e definida na Secção 2.1.1. acima, não fazemos quaisquer afirmações sobre a representatividade da nossa amostra nos locais seleccionados. No entanto, a análise é elucidativa no que respeita à dinâmica da mobilidade intergeracional nos locais seleccionados no Norte, no Centro e no Sul de Moçambique e estabelece a base para estudos que analisem os impactos a longo prazo de choques múltiplos no bem-estar dos agregados familiares e na mobilidade social ao longo das gerações. Ao comparar as dinâmicas das áreas analisadas, este relatório destaca o modo como as diferenças localizadas nos resultados da mobilidade intergeracional contribuem para a mobilidade intergeracional, informando assim a formulação de políticas a nível subnacional.

Além disso, embora a realização de futuros acompanhamentos nos locais anteriormente inquiridos ofereça uma oportunidade para recolher informações longitudinais essenciais, os instrumentos e as perguntas do inquérito desenvolvidos para o VLS nestes contextos podem ser aperfeiçoados e adaptados para inclusão em inquéritos representativos a nível nacional. Esta abordagem não só garante que as ferramentas sejam rigorosamente testadas em diversos contextos, mas também estabelece as bases para uma aplicabilidade mais alargada, aumentando a relevância, a consistência e a eficiência de futuros estudos de grande escala sobre a mobilidade intergeracional em Moçambique.

2.2 Metodologia

De seguida, analisamos o nível e os determinantes da mobilidade intergeracional em 4 dimensões de resultados:

- **Mobilidade educativa**, que reflecte a relação entre o nível de escolaridade alcançado pelos pais (ou chefes de agregado familiar) e pelos seus filhos (ou dependentes).
- **Mobilidade profissional**, que se refere ao grau em que a actividade profissional de um indivíduo difere da situação profissional dos seus pais ou a reflecte.
- **Mobilidade no bem-estar multidimensional**, que mede o grau em que o bem-estar multidimensional de uma criança, medido pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), difere do nível de bem-estar multidimensional dos seus pais ou com ele se alinha.
- **Mobilidade subjectiva**, que capta a percepção de um indivíduo sobre as mudanças no bem-estar do seu agregado familiar em comparação com o

agregado familiar em que cresceu, utilizando uma escada de bem-estar ancorada em vinhetas que retratam diferentes níveis de bem-estar.

2.2.1 Construção das variáveis

Para cada uma das quatro dimensões da mobilidade acima definidas, criamos, com base nos dados do VLS, uma variável correspondente ao nível (de escolaridade, actividade profissional, bem-estar multidimensional e bem-estar subjectivo) alcançado pelo inquirido – isto é, o “filho” – e pelo “progenitor”, ou pelo agregado familiar em que os inquiridos passaram a maior parte do seu tempo desde o nascimento até aos 12 anos de idade, também referido como “agregado familiar de infância”³.

Os dados relativos à geração dos pais e ao agregado familiar de infância são recolhidos através de perguntas recordatórias, que podem ser enviesadas. O viés de memória é minimizado no inquérito através de perguntas que representam um baixa carga cognitiva para o inquirido, por respeitarem a factos marcantes na vida dos inquiridos, e que são relativamente estáveis ao longo do tempo.

No que diz respeito à mobilidade educativa, a definição das variáveis de interesse é relativamente simples: a amostra do VLS permite obter o nível de escolaridade mais elevado concluído pelo inquirido e inclui uma pergunta referente às suas memórias em que se pede ao inquirido que indique o nível de escolaridade mais elevado concluído pelo progenitor (ou pelo chefe do agregado familiar em que o inquirido passou a maior parte da sua infância). Embora a pergunta inclua uma classificação pormenorizada de todos os níveis de escolaridade, a variável utilizada para calcular a mobilidade educativa retém apenas uma versão resumida das **categorias educativas**, tal como se indica na Tabela 2.3.

Tabela 2.3 Classificação das categorias educativas

Nível de escolaridade concluído	Classificação
Sem instrução	Sem instrução
Pré-escolar	Inferior ao ensino primário
Literacia	
1º ciclo do ensino primário	1º ciclo do ensino primário
Ensino técnico elementar	
2º ciclo do ensino primário	2º ciclo do ensino primário
Ensino técnico de base	
1º ciclo do ensino secundário	Ensino secundário ou mais
2º ciclo do ensino secundário	
Ensino técnico médio	

³ Definimos este agregado familiar como o agregado familiar em que os inquiridos passaram a maior parte do seu tempo desde o nascimento até aos 12 anos de idade. Se o inquirido tiver vivido em mais do que um agregado familiar durante este período, as perguntas referem-se ao agregado familiar em que o inquirido passou a maior parte do seu tempo.

Curso de formação de professores primários	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	

A distribuição das diferentes actividades profissionais em categorias é uma tarefa mais difícil. Os instrumentos desenvolvidos nos países industrializados, como a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP), são muitas vezes inadequados para o estudo de contextos de baixos rendimentos e altamente informais, devido às diferenças nas condições de emprego e no significado socioeconómico das profissões (Heath e Zhao, 2021). As classificações padronizadas normalmente enfatizam os níveis de competências, que são menos relevantes nas economias informais, onde as condições de emprego desempenham um papel mais importante. Ao mesmo tempo, em países, como Moçambique, onde a informalidade é predominante, as actividades profissionais não podem ser categorizadas sem se reconhecer a heterogeneidade significativa que existe no âmbito do trabalho informal (Fields et al., 2023). Para resolver estas limitações, os modelos adaptados aos países em desenvolvimento, como os grupos de estatuto laboral propostos por Fields et al. (2023), consideram as características do emprego e a heterogeneidade do sector informal, permitindo simultaneamente flexibilidade para reflectir os contextos locais. O quadro da Job Ladder (Fields et al., 2023) foi aplicado para analisar as distribuições do mercado de trabalho e a mobilidade intrageracional, mas continua por explorar no estudo da mobilidade intergeracional.

Neste relatório, adoptamos as ideias de Fields et al. (2023) e adaptamo-las ao contexto moçambicano, para criar uma classificação de actividade profissional em 8 categorias. Não só definimos um nível superior e um nível inferior dentro do sector informal, como em Fields et al. (2023), mas fazemos também distinção entre actividades profissionais agrícolas de nível superior e de nível inferior. As categorias e suas características estão definidas na Tabela 2.4. Para apresentar mais claramente as dinâmicas e os movimentos intergeracionais, as 8 categorias detalhadas são resumidas nas 5 classes seguintes: (i) Trabalhadores com emprego formal; (ii) Trabalhadores informais de nível superior; (iii) Trabalhadores agrícolas de nível superior; (iv) Trabalhadores informais de nível inferior; (v) Trabalhadores agrícolas de nível inferior. Note-se que as perguntas foram formuladas para reflectir a actividade profissional principal dos inquiridos quando tinham entre 30 e 40 anos e a da geração dos pais quando o inquirido tinha cerca de 12 anos de idade. Ao fazê-lo, captamos a actividade profissional principal de cada geração num momento semelhante, de modo a que as mudanças intergeracionais não sejam atribuíveis à medição de resultados em diferentes momentos do percurso de vida.

Tabela 2.4 Descrição das categorias e classes profissionais

Categoria profissional	Descrição	Classe profissional
Trabalhador por conta própria, formal	Os trabalhadores por conta própria (conta própria ou proprietários) cujo nome da empresa estava registado junto das autoridades ou tinham qualquer registo junto das autoridades (incluindo impostos).	Trabalhadores com emprego formal
Trabalhadores por conta de outrem, formal	Os trabalhadores por conta de outrem que tinham direito a qualquer tipo de pensão (incluindo pensão de velhice) OU estavam inscritos na segurança social.	
Trabalhador por conta própria, informal de nível superior	Os trabalhadores por conta própria que não estão registados junto das autoridades, mas que empregam pessoas que não fazem parte do seu agregado familiar OU que necessitam de qualquer tipo de formação profissional ou de certificados (incluindo certificados académicos) para trabalhar.	Trabalhadores informais de nível superior
Trabalhador por conta de outrem, informal de nível superior	Os trabalhadores por conta de outrem que não têm direito a pensão, mas têm um contrato escrito OU que necessitam de qualquer tipo de formação profissional ou de certificados (incluindo certificados académicos) para trabalhar	
Agricultor, nível superior	Agricultores que empregam pessoas que não fazem parte do seu agregado familiar OU que produzem culturas de rendimento	Trabalhadores agrícolas de nível superior
Trabalhador por conta própria, informal de nível inferior	Os trabalhadores por conta própria que não estão registados junto das autoridades, não empregam pessoas que não fazem parte do seu agregado familiar, nem necessitam de formação profissional ou de certificados (incluindo certificados académicos) para trabalhar.	Trabalhadores informais de nível inferior
Trabalhador por conta de outrem, informal de nível inferior	Os trabalhadores por conta de outrem que não têm direito a pensão, não têm contrato escrito nem necessitam de qualquer formação profissional ou de certificados (incluindo certificados académicos) para trabalhar.	
Agricultor, nível inferior	Agricultores que não empregam pessoas que não fazem parte do seu agregado familiar nem produzem culturas de rendimento	Trabalhadores agrícolas de nível inferior

É importante notar que estas classificações não são estritamente hierárquicas. Embora se possa argumentar que existem estatutos socioeconómicos mais elevados ou mais baixos associados a algumas das categorias, não classificamos como mobilidade ascendente ou descendente o movimento que ocorre entre as classes (ii) e (iii) e entre

(iv) e (v). Pelo contrário, defendemos que se trata de um movimento “horizontal”. A Secção 3.2 mostra de que forma isto é operacionalizado na prática.

Além disso, também analisamos a **mobilidade entre actividades agrícolas e actividades não agrícolas** ao longo das gerações. Embora a percentagem de emprego na agricultura esteja a diminuir globalmente em Moçambique, a agricultura continua a ser a espinha dorsal da economia do país, empregando mais de 2/3 da força de trabalho (World Bank, 2022). No entanto, a prevalência da agricultura de subsistência, a baixa produtividade e a vulnerabilidade aos choques climáticos limitam o seu potencial de redução da pobreza. A transição para actividades não agrícolas pode diversificar as fontes de rendimento, reduzir a pobreza e aumentar a resiliência económica, absorvendo também o excesso de mão-de-obra resultante de uma população predominantemente jovem e de um desemprego rural significativo. Para compreender a mobilidade de actividades profissionais agrícolas para actividades profissionais não agrícolas, dedicamos uma secção à apresentação dos resultados relativos a este tipo específico de mobilidade profissional.

Embora a escolaridade e as actividades profissionais sejam ambas, por direito próprio, dimensões relevantes do estatuto socioeconómico e estejam fortemente associadas a outras medidas de bem-estar socioeconómico, outras dimensões são fundamentais para avaliar o bem-estar. Analisamos a mobilidade multidimensional calculando o **IPM** para o agregado familiar actual e de infância do inquirido. O IPM, desenvolvido por Alkire e Foster (2011), permite obter uma compreensão abrangente e diferenciada do bem-estar, ao considerar as privações em dimensões importantes do bem-estar. O IPM foi adoptado pelo Governo de Moçambique (GdM) como medida fundamental da pobreza e do bem-estar nas suas avaliações nacionais da pobreza, a partir de 2016 (DEEF, 2016).

Para realizar a análise da pobreza multidimensional, o primeiro passo é identificar as dimensões da privação (por exemplo, saúde, educação, nível de vida, entre outros) e seleccionar um conjunto de indicadores de bem-estar associados a cada dimensão. A metodologia Alkire-Foster (A-F) atribui pesos a cada dimensão de privação e, por sua vez, a cada indicador de privação dentro da dimensão. Cada indicador é uma variável binária, que assume valores de 0 (carenciado) ou 1 (não carenciado). Neste relatório, adoptamos as mesmas dimensões, indicadores e pesos utilizados pelo GdM nas suas avaliações nacionais da pobreza para avaliar o bem-estar multidimensional no agregado familiar actual e de infância do inquirido.

O passo seguinte é seleccionar um limiar de pobreza, que representa a proporção (ponderada) de privações necessárias para classificar um agregado familiar como pobre. Para esta análise, bem como para as efectuadas pelo GdM, o ponto de corte escolhido (K) é fixado em $K = 60\%$. Isto significa que os agregados familiares com privações iguais ou superiores a 60% das dimensões (ponderadas) de privação são identificados como pobres. A Tabela 2.5 abaixo dá conta das dimensões, dos indicadores e dos pesos

adoptados no cálculo do IPM para Moçambique, remetendo-se para as Avaliações Nacionais da Pobreza para detalhes sobre a metodologia (DEEF, 2016). Na Secção 3.3, apresentamos resultados relativos à mobilidade da pobreza de acordo com o IPM para a não pobreza de acordo com o IPM e vice-versa, bem como à mobilidade intergeracional no número de privações que os agregados familiares sofrem.

Tabela 2.5 Dimensões, indicadores, pesos e condições de privação no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Dimensão	Indicador	Condição de privação do agregado familiar
Educação (1/6)	Alguém no agregado familiar completou o EP1 (1/6)	Se ninguém no agregado familiar tiver completado o primeiro ciclo do ensino primário.
Determinantes da saúde (2/6)	Acesso a uma fonte de água potável (1/6)	Se o agregado familiar não utilizar água canalizada (dentro de casa ou no quintal), água de uma fonte, furo ou poço com bomba, água engarrafada ou água mineral.
	Acesso a saneamento seguro (1/6)	Se o agregado familiar utilizar uma latrina não melhorada ou não tiver casa de banho ou latrina.
Condições de habitação (2/6)	Materiais de cobertura convencionais (1/6)	Se a casa do agregado familiar não estiver coberta com lajes de betão, telhas ou chapas onduladas (lusalite ou zinco).
	Acesso à electricidade (1/6)	Se o agregado familiar não tiver acesso a electricidade.
Bens duradouros (1/6)	Posse de bens duradouros (1/6)	Se o agregado familiar possuir menos de 3 bens duradouros de uma lista comum (por exemplo, bicicleta, carro, motociclo, TV, rádio, telefone, computador, impressora, cama, frigorífico, congelador, rádio).

Enquanto as medidas objectivas de mobilidade social, como a transmissão intergeracional da educação ou da actividade profissional, fornecem dados quantificáveis, as medidas subjectivas revelam a forma como as pessoas sentem e interpretam a sua própria mobilidade na sociedade e as suas experiências relativamente à sua capacidade de subir (ou descer) na escala social. Analisar a percepção que as pessoas têm da mobilidade numa escada de pobreza pode acrescentar profundidade e contexto à análise da transmissão intergeracional do bem-estar. Adoptamos aqui uma abordagem inspirada na que se detalha em Ravallion et al. (2016) para a pobreza subjectiva e expandimo-la ao longo das gerações para criar uma medida da mobilidade intergeracional subjectiva.

Esta medida está ancorada em quatro **vinhetas de agregados familiares** que descrevem famílias colocadas em diferentes patamares de uma escala de bem-estar. Ao pedir aos inquiridos que comparem o bem-estar auto-avaliado do seu agregado familiar actual e do seu agregado familiar de infância com o das vinhetas, podemos

colocar cada agregado familiar (o actual e o de infância) numa escala de bem-estar. Esta escala tem uma referência comum e, por conseguinte, não sofre de heterogeneidade de escala (para mais pormenores, ver Ravallion et al. 2016). O **posicionamento** do agregado familiar actual e do agregado familiar de infância nesta escala de bem-estar permite-nos calcular uma medida da mobilidade intergeracional subjectiva no bem-estar.

2.2.2 Medidas

Este relatório centra-se na mobilidade em vários resultados socioeconómicos entre gerações, adoptando dois conceitos de mobilidade intergeracional, a saber, mobilidade absoluta e relativa.

A mobilidade absoluta avalia se a geração actual atinge uma posição socioeconómica mais elevada do que a dos seus pais, reflectindo o progresso global na escada socioeconómica. Centra-se na melhoria dos resultados em relação à geração anterior.

A mobilidade relativa, por outro lado, avalia se a posição socioeconómica de um indivíduo é autónoma em relação à posição dos seus pais. Regista as mudanças de posição ou estatuto na distribuição socioeconómica. Por exemplo, a mobilidade relativa ocorre quando os indivíduos ocupam posições diferentes na sociedade em comparação com os seus pais, mesmo que a estrutura socioeconómica global se mantenha inalterada.

Os dois conceitos estão interligados, mas são distintos. Uma sociedade pode registar mobilidade absoluta sem mobilidade relativa, se todos progredirem igualmente em relação aos seus pais, mantendo a mesma ordem de classificação. Inversamente, pode verificar-se uma elevada mobilidade relativa sem mobilidade absoluta, se os indivíduos mudarem de posição em relação aos seus pais mas a estrutura socioeconómica global permanecer estagnada, sem qualquer melhoria dos resultados globais.

De seguida, adoptamos um conjunto de medidas e de instrumentos que nos permitem analisar a mobilidade em termos absolutos e relativos para cada uma das dimensões da mobilidade intergeracional acima identificadas. Adicionalmente, apresentamos uma análise dos determinantes de cada dimensão da mobilidade, através da observação dos correlatos da mobilidade ascendente em termos de educação, de actividade profissional e de bem-estar multidimensional e subjectivo. Também exploramos as correlações entre a mobilidade nas quatro dimensões de resultados.

Para todas as dimensões da mobilidade, calculámos **tabelas de mobilidade**. Uma tabela de mobilidade é uma matriz de transição que capta o movimento de indivíduos ou de agregados familiares entre categorias socioeconómicas ou de estatuto de uma geração para a seguinte. Fornece informações sobre a persistência ou a mudança de posições sociais e económicas entre pais e filhos. As tabelas de mobilidade apresentadas abaixo são tabelas bidimensionais em que as linhas representam as

categorias da geração dos pais e as colunas representam as categorias da geração dos filhos. Cada célula da matriz mostra a proporção de filhos de uma categoria parental que acabam eles próprios numa determinada categoria. Valores elevados ao longo da diagonal sugerem baixa mobilidade, uma vez que os resultados dos filhos reflectem de perto os dos pais. Os valores fora da diagonal indicam deslocações para cima ou para baixo. Calculamos valores para a imobilidade global (ou seja, a soma das percentagens de filhos que se inserem na mesma categoria que o seu progenitor), mobilidade ascendente absoluta (a soma das percentagens de filhos que se inserem numa categoria superior em comparação com o seu progenitor) e mobilidade descendente absoluta (a soma das percentagens de filhos que se inserem numa categoria inferior em comparação com o seu progenitor).

Para a mobilidade educativa e profissional, incluímos também um **diagrama de Sankey**. Um diagrama de Sankey é uma ferramenta de visualização baseada em fluxos utilizada para representar a mobilidade, ilustrando o movimento de indivíduos entre categorias, como o nível de escolaridade ou a classe profissional, relativamente aos seus pais. A largura de cada fluxo corresponde à percentagem de crianças que transitam de uma categoria para outra, proporcionando uma representação proporcional dos padrões de mobilidade.

Para algumas das dimensões, calculamos também a **diferença absoluta entre as categorias** de uma geração para a outra e apresentamos essa diferença num gráfico de barras. Isto permite-nos visualizar não só as percentagens de imobilidade vs. mobilidade ascendente ou descendente, mas também a amplitude destes movimentos. Em particular, podemos ver quantos degraus da escala de resultados as crianças sobem ou descem em relação aos seus pais.

Também calculamos **rácios intergeracionais de vantagem relativa** ou **de desvantagem relativa**, que são calculados como o rácio entre a probabilidade (incondicional) de um resultado ocorrer para indivíduos de um certo meio parental e a probabilidade de o mesmo resultado ocorrer para indivíduos de um meio parental diferente. Estes rácios quantificam a forma como o estatuto socioeconómico dos pais influencia a probabilidade de as crianças alcançarem determinados resultados, realçando as disparidades entre grupos. Embora as medidas e os instrumentos de mobilidade absoluta acima descritos revelem uma melhoria global ao longo das gerações, podem ocultar a desigualdade entre grupos. As medidas relativas realçam a distribuição desigual de oportunidades, centrando-se na maior (menor) probabilidade de as crianças cujos pais pertencem a uma categoria superior (inferior) atingirem um determinado nível na escala de interesse.

Para compreender os **determinantes da mobilidade ascendente** em cada dimensão, criámos uma variável dicotómica que assume o valor 1 se o inquirido tiver experimentado mobilidade ascendente na dimensão de interesse e o valor 0 caso

contrário. Regredimos esta variável às características demográficas (género e idade do inquirido e se o inquirido nasceu após a independência de Moçambique, em 1975), à composição e dinâmica do agregado familiar de infância (género do chefe do agregado familiar, se o chefe do agregado familiar falava português, número de filhos do chefe do agregado familiar, se o chefe do agregado familiar praticava poligamia, se a mãe ou o pai do inquirido faleceu antes de o inquirido completar 12 anos, se algum membro do agregado familiar de infância viveu directamente algum conflito e se o inquirido viveu em vários agregados familiares dos 0 aos 12 anos de idade) e aos factores geográficos (localização no Norte, no Centro ou no Sul, se o inquirido alguma vez migrou, se o agregado familiar de infância se situava a mais de 2 horas a pé de um centro de saúde). Apresentamos tabelas de regressão para a mobilidade ascendente na educação, na actividade profissional e no bem-estar multidimensional e subjectivo na Secção 4.

Para avaliar as relações entre a mobilidade intergeracional nas quatro dimensões – escolaridade, actividade profissional, bem-estar multidimensional e bem-estar subjectivo – apresentamos **tabelas cruzadas para cada par de medidas de mobilidade**, juntamente com os respectivos coeficientes de correlação Tau-b de Kendall⁴. Estas análises permitem-nos examinar o grau de associação e de alinhamento entre os resultados da mobilidade em diferentes dimensões, fornecendo informações sobre se as melhorias, a estagnação ou os retrocessos intergeracionais num domínio (por exemplo, a educação) se reflectem noutros (actividade profissional, bem-estar multidimensional ou subjectivo). As tabulações cruzadas realçam a distribuição conjunta dos estatutos de mobilidade, enquanto o coeficiente de correlação Tau-b de Kendall quantifica a força e a direcção destas associações. Isto é particularmente relevante para compreender a interligação das dimensões da mobilidade, permitindo-nos identificar sinergias ou incompatibilidades que podem servir de base a intervenções políticas direccionadas.

⁴ O coeficiente de correlação Tau-b de Kendall é uma medida não paramétrica da força e da direcção da associação entre duas variáveis ordinais. Varia de -1 a +1, em que -1 indica uma relação negativa perfeita, 0 indica ausência de relação e +1 indica uma relação positiva perfeita. O coeficiente de correlação Tau-b de Kendall é utilizado para avaliar a associação ordinal entre variáveis classificadas, particularmente em situações com amostras de pequena dimensão ou dados com muitos empates. Para mais pormenores, ver Kendall (1938, 1945).

3. Resultados: Mobilidade intergeracional nas diferentes dimensões de resultados

3.1 Mobilidade intergeracional na educação

Começamos por analisar a mobilidade educativa entre gerações, através de tabelas de mobilidade. Os dados centram-se na relação entre o nível de escolaridade dos pais e os resultados escolares dos filhos, dando uma perspectiva da persistência dos níveis de educação e das oportunidades de mobilidade ascendente ou descendente.

A Tabela 3.1 resume as transições entre duas grandes categorias de escolaridade: “Sem instrução” e “Alguma instrução”. Entre os inquiridos cujos pais não tinham instrução, cerca de metade também permaneceu sem instrução (40,9%) e metade tinha alguma instrução (40,3%). Entre os inquiridos cujos pais tinham “Alguma instrução”, a maioria (14,1% da amostra) também obteve “Alguma instrução”, enquanto uma fracção menor (4,7%) não foi além de “Nenhuma instrução”.

Tabela 3.1 Tabela de mobilidade na Educação: categorias resumidas (%)

Escolaridade dos pais (%)	Escolaridade do inquirido (%)		
	Sem instrução	Alguma instrução	Total
Sem instrução	40,9	40,3	81,2
Alguma instrução	4,7	14,1	18,8
Total	45,6	54,4	100,0

Uma matriz de mobilidade mais granular fornece informações detalhadas sobre os resultados educativos, categorizando a escolaridade em cinco níveis: sem instrução, inferior ao ensino primário, 1º ciclo do ensino primário, 2º ciclo do ensino primário e ensino secundário ou mais.

Os dados indicam uma persistência educativa significativa entre os inquiridos cujos pais não tinham instrução formal, ilustrando um forte padrão de imobilidade na parte inferior da escala. No entanto, observa-se um certo grau de mobilidade ascendente, uma vez que 13,2% da amostra passou de nenhuma instrução para um nível inferior ao ensino primário, 22,4% para o 1º ciclo do ensino primário e 3,8% para o 2º ciclo do ensino primário, tendo 0,9% atingido o ensino secundário ou mais.

Os inquiridos cujos pais tinham níveis de escolaridade mais elevados, como o 1º ou o 2º ciclo do ensino primário, apresentam uma dispersão relativamente maior nos resultados escolares. Por exemplo, 5,6% da amostra tem pais com o 1º ciclo do ensino primário e atinge o mesmo nível, enquanto fracções mais pequenas avançam para o 2º ciclo do ensino primário (1,5%) ou para o ensino secundário ou mais (0,6%). Do mesmo modo, os pais com o 2º ciclo do ensino primário viram alguns dos seus filhos progredir para o

ensino secundário ou superior (0,2%), embora a maioria tenha permanecido em níveis de escolaridade semelhantes ou inferiores.

A matriz também destaca alguns casos de mobilidade descendente, mas esta é menos prevalente do que os casos de mobilidade ascendente ou de imobilidade. Por exemplo, os filhos de pais com o 2.º ciclo do ensino primário ou o ensino secundário atingiram, por vezes, níveis de escolaridade mais baixos, o que sublinha a existência de vulnerabilidades na manutenção dos ganhos intergeracionais.

De um modo geral, a Tabela 3.3 revela que cerca de 45% da amostra obteve melhores resultados escolares do que os seus pais. No entanto, quase metade da amostra (48,4%) permaneceu na mesma categoria que os seus pais, o que é particularmente preocupante, dado que cerca de 80% da geração dos pais não tinha qualquer instrução. Este facto indica um nível não negligenciável de persistência de baixos resultados escolares e de barreiras estruturais que impedem o progresso intergeracional.

Tabela 3.2 Tabela de mobilidade na Educação: categorias detalhadas (%)

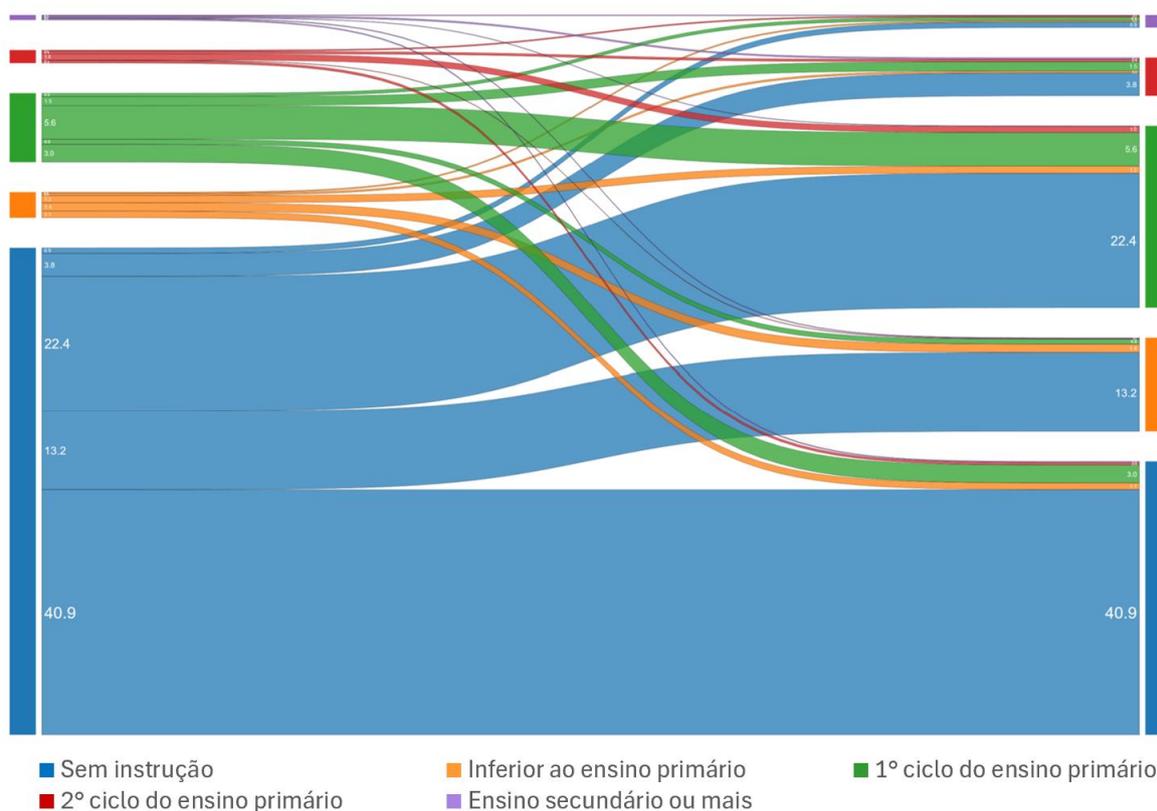
Nível de escolaridade dos pais (%)	Nível de escolaridade do inquirido (%)					Total
	Sem instrução	Inferior ao e. primário	1º ciclo do e. primário	2º ciclo do e. primário	E. secundário ou mais	
Sem instrução	40,9	13,2	22,4	3,8	0,9	81,2
Inferior ao e. primário	1,1	1,4	1,2	0,3	0,2	4,3
1º ciclo do e. primário	3,0	0,8	5,6	1,5	0,6	11,5
2º ciclo do e. primário	0,4	0,1	1,0	0,4	0,2	2,2
E. secundário ou mais	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,8
Total	45,6	15,6	30,3	6,4	2,1	100,0

Tabela 3.3 Métricas de mobilidade absoluta, mobilidade educativa (%)

Imobilidade	48,4
Mobilidade descendente	7,2
Mobilidade ascendente	44,4

O diagrama de Sankey (Figura 3.1) fornece uma representação visual das tendências descritas, ilustrando o fluxo de indivíduos entre os níveis de escolaridade dos pais e dos inquiridos. A largura de cada faixa representa a proporção de indivíduos que transitam entre estes níveis. Embora as faixas ascendentes mostrem que a mobilidade ascendente é predominante, uma percentagem considerável de imobilidade na parte inferior realça a importância das barreiras estruturais para os inquiridos cujos pais não receberam instrução formal.

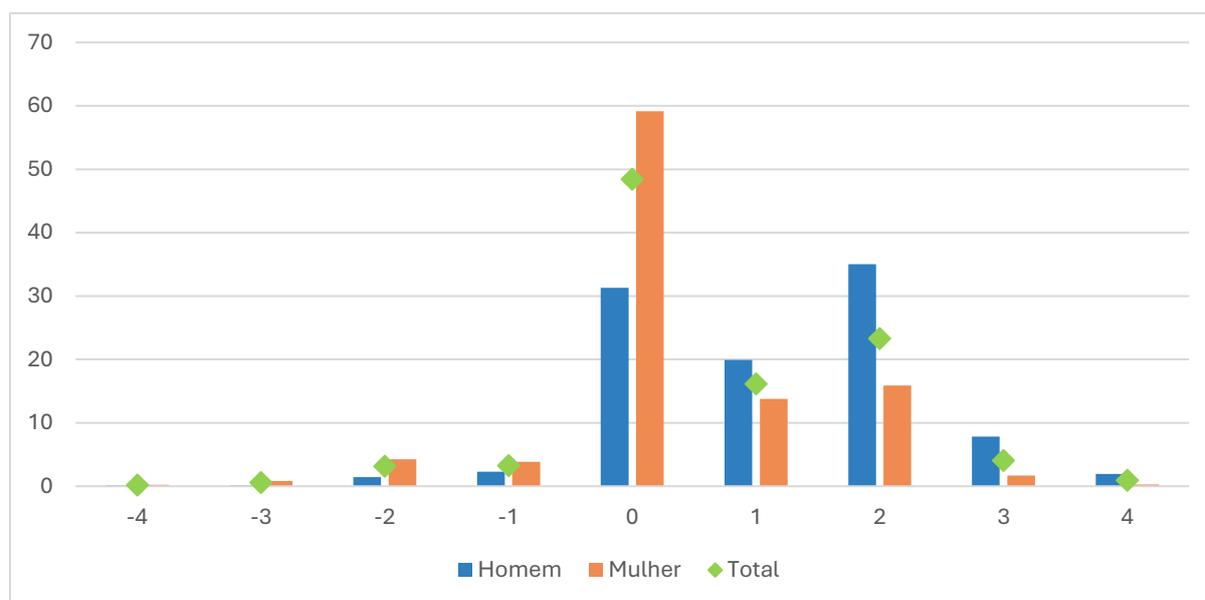
Figura 3.1 Diagrama de Sankey: fluxo de nível de escolaridade entre pais e inquiridos (%)



Os dois gráficos seguintes (Figura 3.2 e 3.3) apresentam a distribuição da diferença absoluta de categorias de escolaridade entre os inquiridos e os seus pais, medida em termos do número de categorias de habilitações em que os inquiridos subiram (valores positivos) ou desceram (valores negativos) na escala em relação aos seus pais.

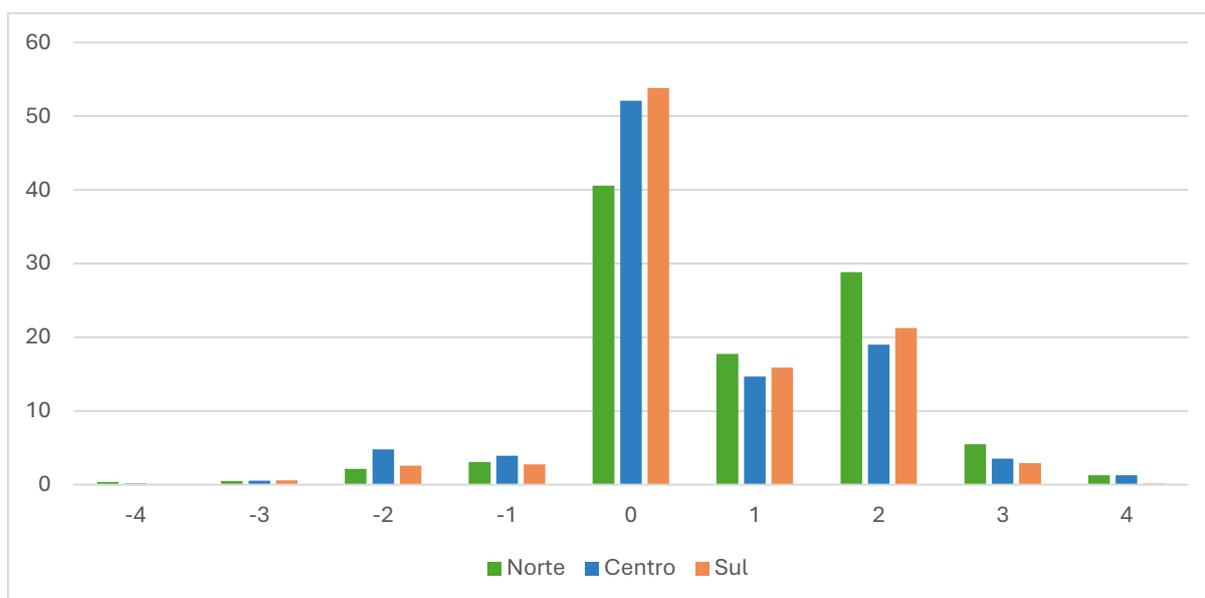
A Figura 3.2 compara as diferenças absolutas de nível de escolaridade por género do inquirido (masculino e feminino). A maioria dos inquiridos não apresenta qualquer alteração na categoria de escolaridade em relação aos seus pais (valor = 0), sendo que as mulheres apresentam uma maior concentração nesta categoria em comparação com os homens. Este facto indica um grau significativo de imobilidade educativa, especialmente para as mulheres. A mobilidade ascendente (valores > 0) é mais pronunciada entre os homens, particularmente no caso de +2 categorias, com uma maior proporção de homens que avançaram em relação aos seus pais. A mobilidade descendente (valores < 0) é mínima em ambos os géneros, com apenas uma pequena proporção de inquiridos a apresentar um declínio no nível de escolaridade em comparação com os seus pais.

Figura 3.2 Diferença absoluta intergeracional nos níveis de escolaridade, por género (%)



A Figura 3.3 compara as diferenças absolutas de níveis de escolaridade entre as três regiões da nossa amostra: Norte (Nampula), Centro (Zambézia e Sofala) e Sul (Província de Maputo). Em todas as regiões, a maioria dos inquiridos permanece na mesma categoria de escolaridade que os seus pais, com o Centro e o Sul a apresentarem uma maior proporção nesta categoria. A mobilidade ascendente (valores > 0) varia entre regiões, com o Norte a apresentar uma maior percentagem de inquiridos na categoria +2 em comparação com o Centro e o Sul. Este facto é particularmente notável quando se considera que o nível de escolaridade na geração parental não é muito inferior no Norte (85,7% da geração parental sem instrução formal, não apresentado) em comparação com o Sul (84,1%, não apresentado), o que significa que uma maior mobilidade absoluta não é reflexo de um ponto de partida mais baixo, mas sim da obtenção de melhores resultados na geração dos inquiridos. Inversamente, a percentagem de inquiridos que revelam uma diminuição de duas categorias nos níveis de escolaridade (-2) é a mais elevada no Centro, onde a percentagem de pais sem instrução era a mais baixa (73,4%, não apresentado).

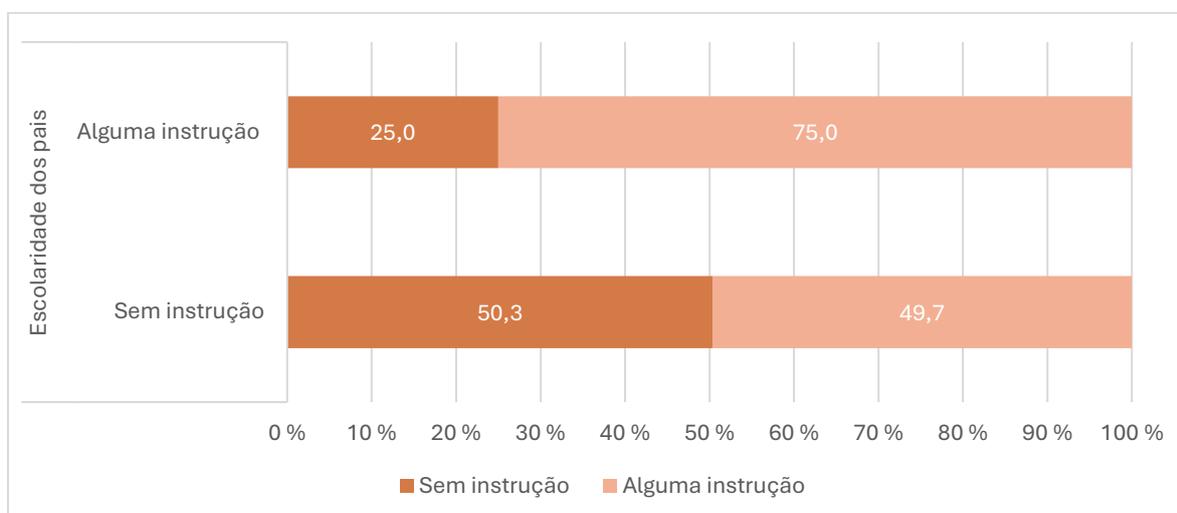
Figura 3.3 Diferença absoluta intergeracional nos níveis de escolaridade, por localização (%)



Apresentamos agora medidas relativas de mobilidade educacional, comparando a probabilidade de nível de escolaridade entre grupos relativamente aos níveis de escolaridade dos pais, mostrando assim a maior ou menor probabilidade de um grupo atingir um determinado resultado educacional em comparação com outro.

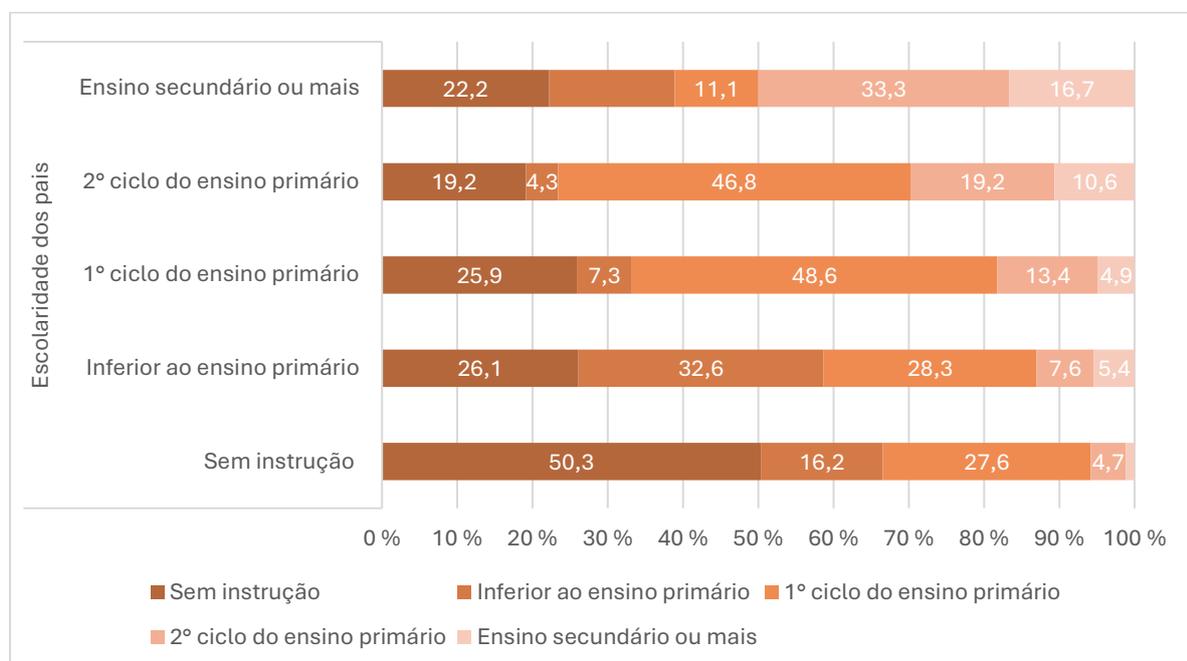
Analisando as categorias de forma grosseira, a Figura 3.4 mostra que os inquiridos cujos pais não têm instrução têm cerca de duas vezes mais probabilidades de não terem instrução (50,3% contra 25,0%), enquanto os inquiridos cujos pais adquiriram alguma instrução formal têm cerca de 1,5 vezes mais probabilidades de também terem alguma instrução (75,0% contra 49,7%).

Figura 3.4 Probabilidades incondicionais de habilitações literárias em função do nível de escolaridade dos pais, categorias resumidas (%)



A Figura 3.5 permite-nos calcular os rácios de vantagem e desvantagem relativas através da análise de categorias de escolaridade detalhadas. Em particular, podemos ver que os inquiridos cujos pais concluíram o 2º ciclo do ensino primário têm quase quatro vezes mais probabilidades de ter concluído o 2º ciclo do ensino primário (19,2%) do que os inquiridos cujos pais não têm instrução (4,7%). O rácio é ainda mais elevado em caso de conclusão do ensino secundário ou mais: os inquiridos cujos pais concluíram o ensino secundário ou mais têm cerca de 14 vezes mais probabilidades de também concluírem o ensino secundário (16,7%) em comparação com os inquiridos cujos pais não têm instrução (1,2%). Por outro lado, os inquiridos cujos pais não tinham instrução têm 2,3 vezes mais probabilidades de permanecer sem instrução (50,3%) do que os inquiridos cujos pais tinham o ensino secundário ou mais (22,2%).

Figura 3.5 Probabilidades incondicionais de habilitações literárias em função do nível de escolaridade dos pais, categorias detalhadas (%)



3.2 Mobilidade intergeracional na actividade profissional

3.2.1 Categorias de actividades profissionais

A Secção 3.2 apresenta os resultados da mobilidade profissional intergeracional, destacando a classe profissional dos inquiridos em relação aos seus pais. As actividades profissionais são classificadas como emprego formal, emprego informal (nível superior e inferior) e actividade agrícola (nível superior e inferior). As métricas que as acompanham (Tabela 3.5) resumem os níveis de imobilidade, movimento horizontal, mobilidade ascendente e mobilidade descendente.

A imobilidade é acentuada nas categorias relacionadas com a agricultura. Entre os inquiridos cujos pais exerciam actividades profissionais em “trabalhadores agrícolas de nível superior”, a grande maioria permaneceu na mesma categoria. Do mesmo modo, 22,0% dos inquiridos têm pais trabalhadores agrícolas de nível inferior e permaneceram na mesma categoria. O emprego formal apresenta uma persistência limitada, com uma baixa percentagem de inquiridos a permanecer no emprego formal quando os seus pais também tinham um emprego formal.

A mobilidade ascendente é limitada em todas as categorias. Por exemplo, 5,1% dos inquiridos transitaram de agregados familiares “trabalhadores agrícolas de nível inferior” para “trabalhadores agrícolas de nível superior” e apenas 0,9% passaram a ter um emprego formal. Os inquiridos com pais em actividades profissionais “informais de nível inferior” apresentam uma mobilidade ascendente modesta, com 2,0% dos inquiridos a transitarem para actividades profissionais “informais de nível superior” e apenas 1,2% para um emprego formal.

A mobilidade descendente é mais comum do que a mobilidade ascendente. Por exemplo, 7,9% dos inquiridos passaram de agregados familiares de “trabalhadores agrícolas de nível superior” para funções em “trabalhadores agrícolas de nível inferior”. Os inquiridos com pais em actividades profissionais “informais de nível superior” também transitaram frequentemente para actividades profissionais de nível inferior, incluindo “trabalhadores agrícolas de nível inferior” (2,7%) e actividades profissionais “informais de nível inferior” (2,1%)

De um modo geral, as métricas de mobilidade resumidas reflectem uma forte persistência, com 64,7% dos inquiridos a permanecerem na mesma categoria profissional geral que os seus pais, incluindo casos de movimento horizontal dentro do mesmo nível, e 50,9% dos inquiridos a permanecerem exactamente na mesma classe profissional que os seus pais. Além disso, cerca de 20% dos inquiridos sofreram mobilidade descendente, em comparação com apenas 15,2% que sofreram mobilidade ascendente. Esta situação reflecte vulnerabilidades estruturais acentuadas e

oportunidades limitadas de progressão profissional entre gerações. A comparação das métricas de mobilidade absoluta na actividade profissional com as métricas de mobilidade na educação também mostra que a progressão na educação não se traduziu em melhores profissões na nossa amostra.

Tabela 3.4 Tabela de mobilidade na Actividade Profissional (%)

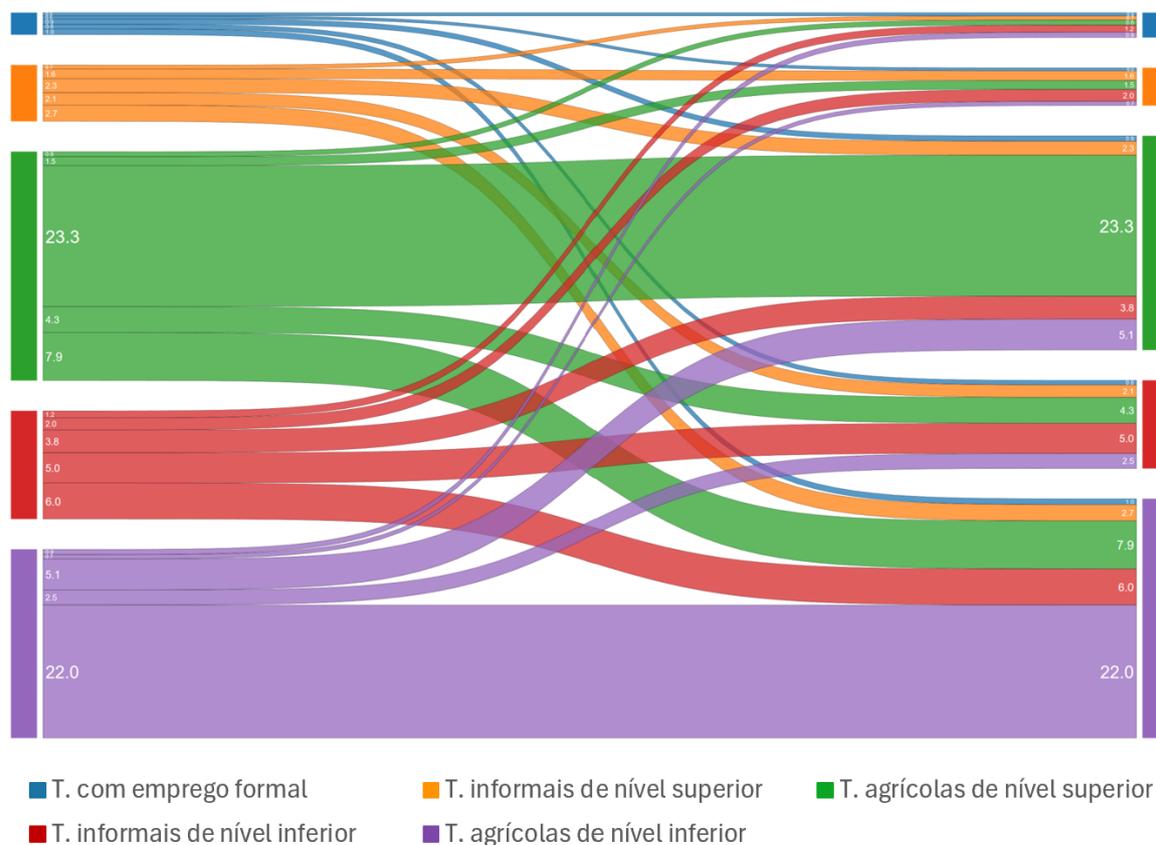
Classe profissional dos pais (%)	Classe profissional dos inquiridos (%)					Total
	Trabalhadores com emprego formal	Trabalhadores informais de nível superior	Expl. agr. de nível superior	Trabalhadores informais de nível inferior	Expl. agr. de nível inferior	
Trabalhadores com emprego formal	0,5	0,5	0,9	0,8	1,0	3,7
Trabalhadores informais de nível superior	0,7	1,6	2,3	2,1	2,7	9,3
Trabalhadores agrícolas de nível superior	0,8	1,5	23,3	4,3	7,9	37,9
Trabalhadores informais de nível inferior	1,2	2,0	3,8	5,0	6,0	17,9
Trabalhadores agrícolas de nível inferior	0,9	0,7	5,1	2,5	22,0	31,2
Total	4,1	6,3	35,4	14,6	39,6	100,0

Tabela 3.5 Métricas de mobilidade absoluta, mobilidade profissional (%)

Imobilidade, incluindo movimento horizontal	64,7
Imobilidade, excluindo movimento horizontal	50,9
Movimento horizontal	13,8
Mobilidade descendente	20,1
Mobilidade ascendente	15,2

A Figura 3.6 complementa as tabelas de mobilidade profissional, oferecendo uma representação visual do fluxo entre as categorias profissionais dos pais e dos inquiridos. O diagrama destaca a imobilidade profissional significativa, com faixas grossas que ligam os pais e os inquiridos dentro das mesmas categorias profissionais. Como já foi referido, este facto é particularmente evidente nas funções agrícolas, em que uma proporção substancial de indivíduos permanece nas mesmas categorias que os seus pais. Além disso, os fluxos descendentes são mais proeminentes do que os ascendentes, o que é evidente no movimento das funções de “trabalhadores agrícolas de nível superior” para “trabalhadores agrícolas de nível inferior”. O fluxo de entrada e de saída do emprego formal é limitado, o que sugere que o emprego formal é tanto de difícil acesso e como de difícil manutenção ao longo das gerações.

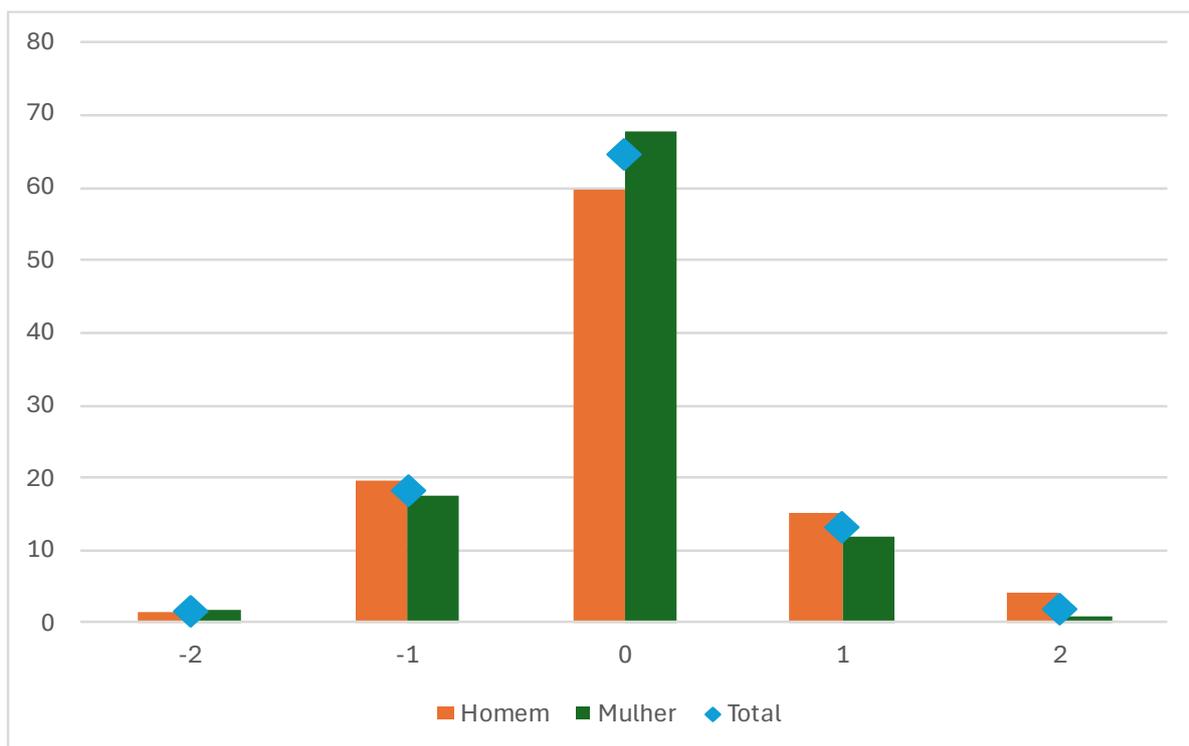
Figura 3.6 Diagrama de Sankey: fluxo de qualificações profissionais entre pais e inquiridos (%)



As Figuras 3.7 e 3.8 ilustram a diferença absoluta na categoria profissional entre os inquiridos e os seus pais, desagregada por género (Figura 3.7) e localização (Figura 3.8). A diferença absoluta mede o quanto os inquiridos subiram (+1 ou +2) ou desceram (-1 ou -2) na escala nas categorias profissionais em comparação com os seus pais. A imobilidade e o movimento horizontal são ambos classificados como 0 de diferença absoluta.

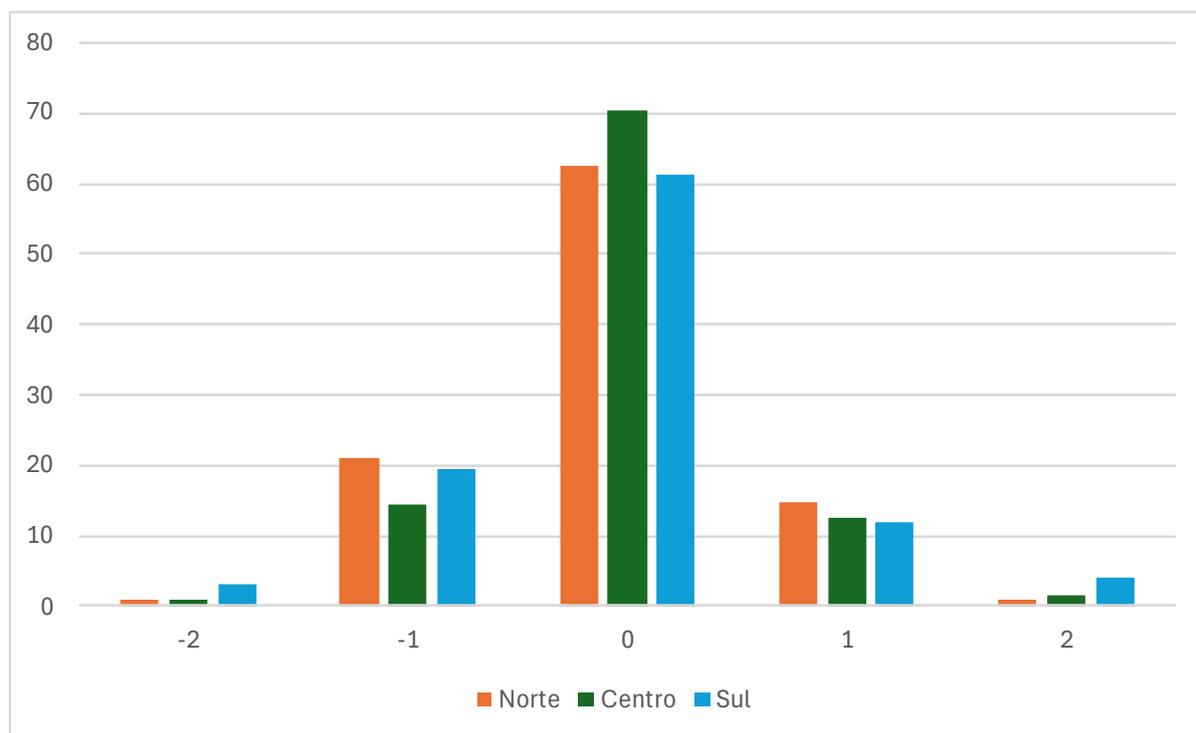
Os inquiridos sem alterações nas categorias profissionais em ambos os gráficos dominam a distribuição. A Figura 3.7 mostra que a imobilidade é ligeiramente mais elevada para as mulheres (cerca de 70% contra cerca de 65% para os homens). Estes resultados evidenciam um forte padrão de imobilidade profissional entre os géneros, com a maioria dos inquiridos a permanecer na mesma categoria profissional que os seus pais. Embora exista mobilidade ascendente, esta é modesta e os homens têm uma probabilidade marginalmente maior de a vivenciar do que as mulheres.

Figura 3.7 Diferença absoluta intergeracional nas qualificações profissionais, por gênero (%)



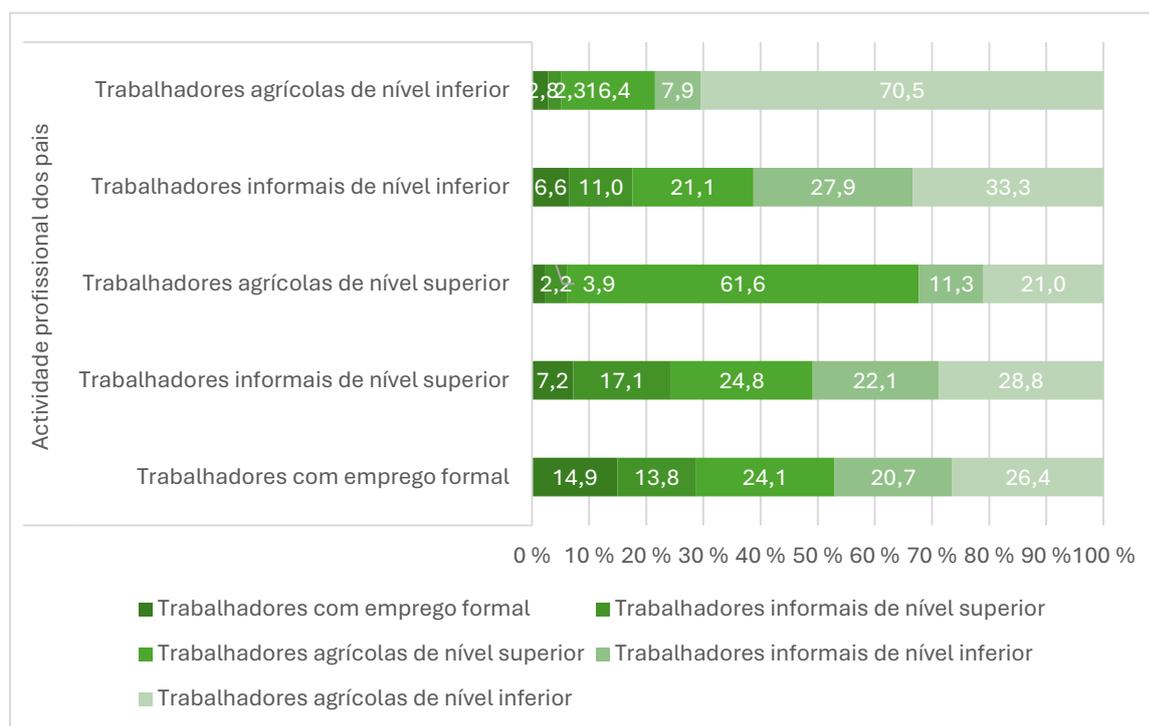
Nos três locais (Norte, Centro e Sul), a maioria dos inquiridos não apresenta qualquer alteração na categoria profissional (0), com proporções semelhantes entre regiões (60% a 70%). A imobilidade ocorre com uma frequência ligeiramente superior no Centro em comparação com o Norte e o Sul. As diferenças regionais são muito modestas e o elevado nível de imobilidade profissional em todas as regiões indica que as barreiras estruturais à progressão profissional são generalizadas em todos os locais inquiridos.

Figura 3.8 Diferença absoluta intergeracional nas qualificações profissionais, por localização (%)



A Figura 3.9 apresenta a percentagem da actividade profissional dos inquiridos em função da actividade profissional dos pais, o que nos permite analisar a mobilidade relativa com rácios de vantagem e de desvantagem. Os inquiridos cujos pais tinham um emprego formal têm mais do dobro da probabilidade de ter um emprego formal (14,9%) em comparação com os inquiridos cujos pais tinham um emprego informal (informal de nível superior e de nível inferior com 7,2% e 6,6%, respectivamente). Este rácio é ainda mais elevado quando comparado com os inquiridos cujos pais eram trabalhadores agrícolas de nível inferior (2,8), sendo que os inquiridos cujos pais tinham um emprego formal têm mais de 5 vezes mais probabilidades de também terem um emprego formal. A persistência também é evidente nas categorias de agricultura, com os inquiridos cujos pais eram trabalhadores agrícolas de nível inferior com mais de 3 vezes mais probabilidades de serem trabalhadores agrícolas de nível inferior (70,5%) do que os inquiridos cujos pais eram trabalhadores agrícolas de nível superior (21,0%).

Figura 3.9 Probabilidades incondicionais de obtenção de uma categoria profissional em função da categoria profissional dos pais (%)



3.2.2 Transições entre actividades agrícolas e actividades não agrícolas

Tabela 3.6 apresenta os padrões de transição intergeracional entre actividades profissionais agrícolas e actividades profissionais não agrícolas. Mostra a distribuição das actividades profissionais dos inquiridos (trabalho agrícola ou não agrícola) com base no sector profissional dos seus pais. As métricas de mobilidade – imobilidade, mobilidade descendente e mobilidade ascendente – na Tabela 3.7 resumem o grau de persistência profissional e de movimento entre estes sectores de actividade profissional.

Uma proporção significativa dos inquiridos permaneceu na mesma categoria profissional que os seus pais, com 58,4% dos inquiridos com pais agricultores a permanecerem no sector agrícola e 14,3% dos inquiridos com pais que trabalham fora da agricultura a exercerem eles próprios actividades profissionais fora da agricultura (Tabela 3.6 e Figura 3.10). A imobilidade representa 72,7% de todos os inquiridos, o que indica um elevado grau de persistência nos sectores ao longo das gerações.

As oportunidades de mobilidade são limitadas para as famílias de agricultores, com apenas 10,7% dos inquiridos a transitarem da agricultura para actividades profissionais não agrícolas. Existe também uma proporção significativa de transições para actividades profissionais no sector agrícola por parte dos inquiridos cujos pais trabalhavam em actividades não agrícolas e, de facto, a percentagem total de pessoas

que trabalham no sector agrícola é mais elevada na geração dos inquiridos (75,0%) do que na geração dos seus pais (69,1%).

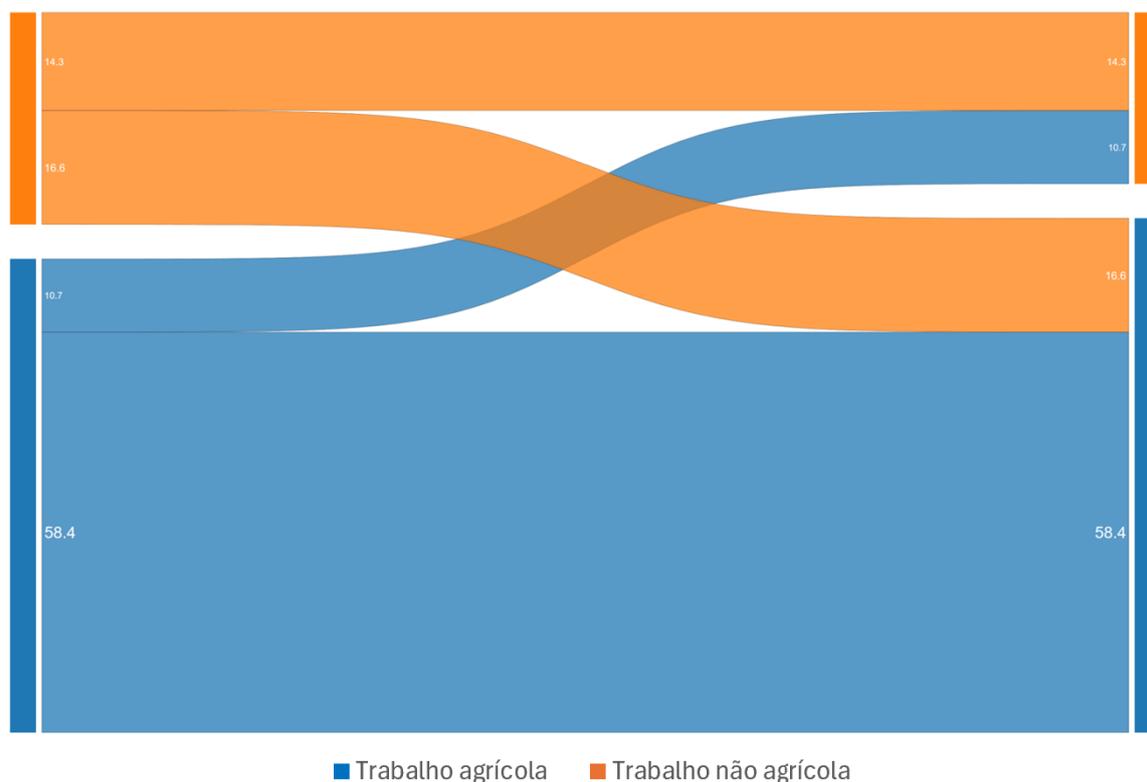
Tabela 3.6 Tabela de mobilidade da agricultura para o sector não agrícola

Sector de actividade dos pais (%)	Sector de actividade dos inquiridos (%)		
	Trabalho não agrícola	Trabalho agrícola	Total
Trabalho não agrícola	14,3	16,6	30,9
Trabalho agrícola	10,7	58,4	69,1
Total	25,0	75,0	100,0

Tabela 3.7 Métricas absolutas de mobilidade, transições de actividades agrícolas para a actividades não agrícolas (%)

Imobilidade	72,7
Mobilidade descendente	16,6
Mobilidade ascendente	10,7

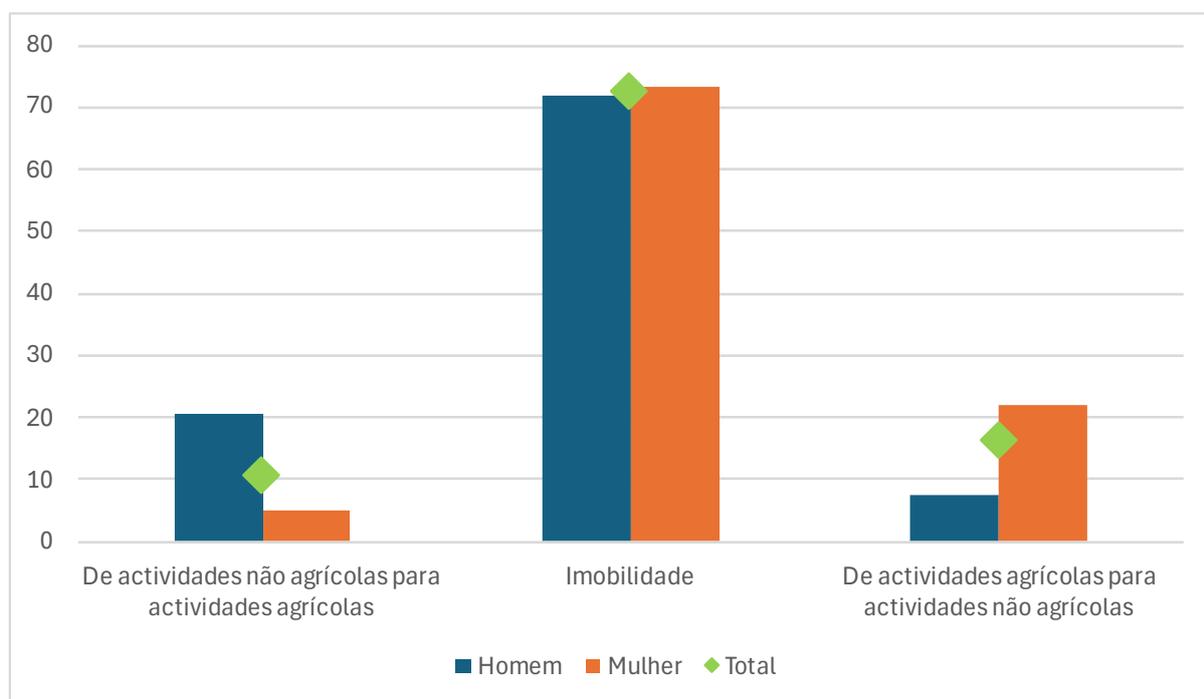
Figura 3.10 Diagrama de Sankey: fluxo para sectores profissionais entre pais e inquiridos (%)



A Figura 3.11 mostra as diferenças absolutas nas transições da actividade agrícola para a actividade não agrícola e as taxas de imobilidade, desagregadas por género. A imobilidade é dominante, tanto para os homens como para as mulheres, com mais de

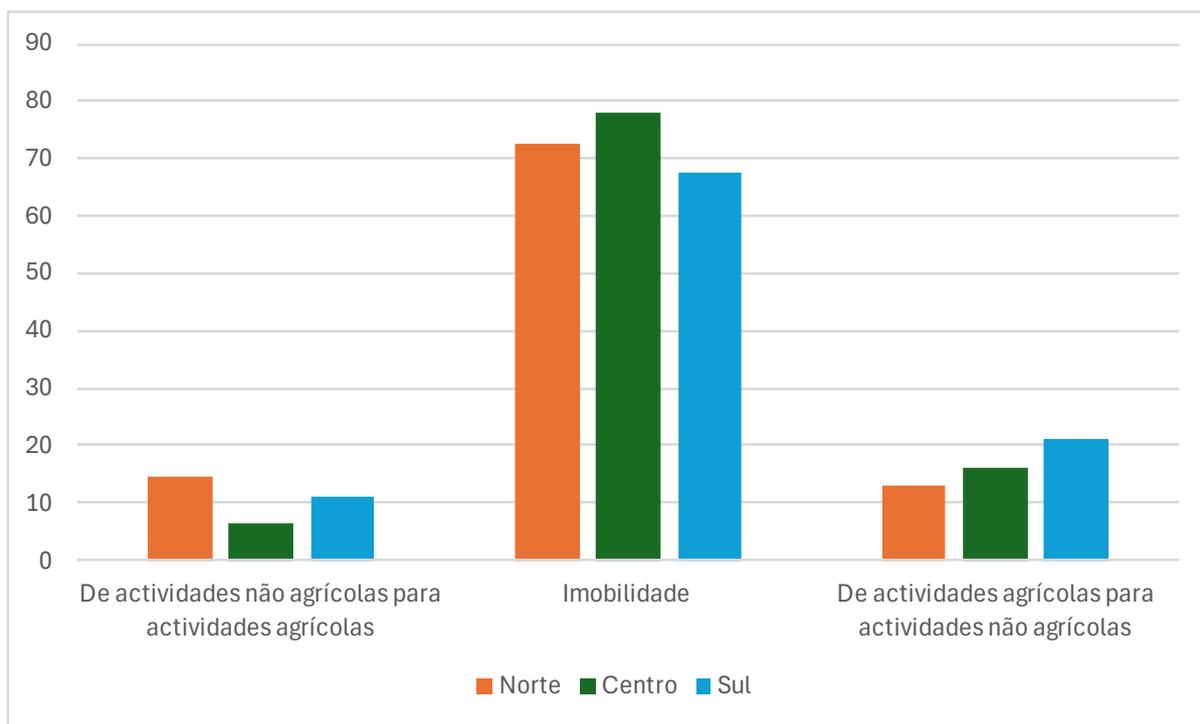
70% dos inquiridos a permanecerem na mesma categoria profissional que os seus pais, em todos os géneros. As diferenças de género surgem nas transições: as mulheres têm maior probabilidade de passar da agricultura para o trabalho não agrícola (cerca de 20%) em comparação com os homens (menos de 10%), enquanto os homens mostram uma maior tendência para passar do trabalho não agrícola para a agricultura (cerca de 20% em comparação com cerca de 5% para as mulheres). Estes padrões sugerem que as mulheres têm oportunidades marginalmente maiores fora da actividade agrícola, enquanto os homens são mais propensos a fazer a transição para a agricultura. No entanto, não é possível tecer considerações sobre a qualidade do emprego em qualquer uma das categorias.

Figura 3.10 Diferença absoluta intergeracional no sector de actividade profissional, por género (%)



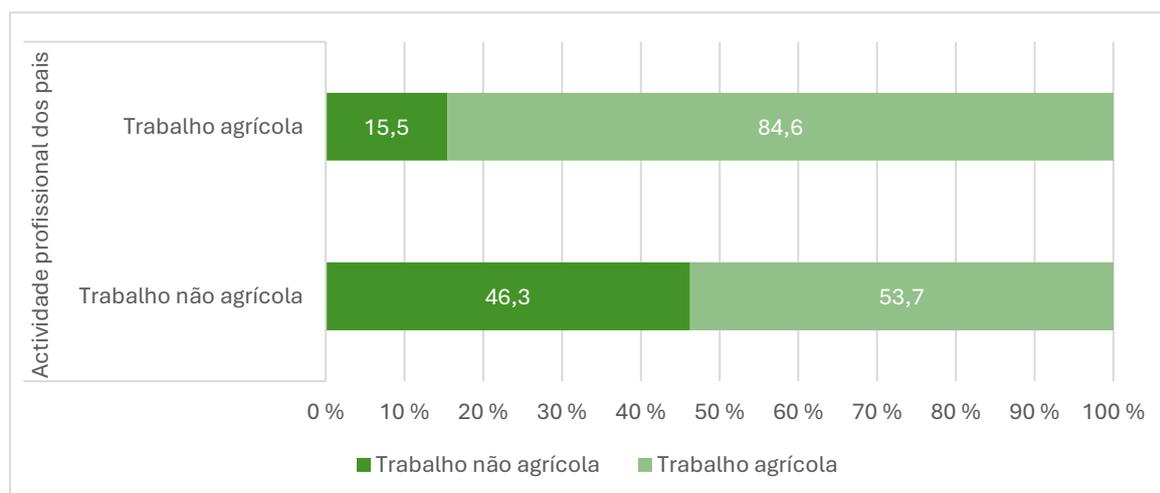
A Figura 3.12 destaca as variações regionais nas transições da actividade agrícola para a actividade não agrícola e as taxas imobilidade. A imobilidade permanece consistentemente elevada em todas as regiões, com a zona Centro a registar a maior imobilidade (quase 80%), seguida de perto pela zona Norte e pela zona Sul (cerca de 70%). A mobilidade de actividades agrícolas para actividades não agrícolas é mais elevada no Sul (cerca de 20%) do que no Norte e no Centro. Inversamente, a mobilidade de actividades não agrícolas para actividades agrícolas é mais acentuada no Norte (cerca de 15%) em comparação com o Sul e o Centro.

Figura 3.11 Diferença absoluta intergeracional no sector de actividade profissional, por localização (%)



Analisando a mobilidade relativa, a Figura 3.13 mostra que os inquiridos cujos pais trabalhavam fora da actividade agrícola têm cerca de três vezes mais probabilidades de também trabalharem fora da actividade agrícola (46,3%) do que os inquiridos cujos pais eram agricultores (15,5%). Por outro lado, os inquiridos cujos pais eram agricultores têm cerca de 1,6 vezes mais probabilidades de serem agricultores (84,6%) do que os inquiridos cujos pais trabalhavam fora da actividade agrícola (53,7%).

Figura 3.12 Probabilidades incondicionais de acesso a um sector profissional em função do sector profissional dos pais (%)



3.3 Mobilidade intergeracional no bem-estar multidimensional

3.3.1 Da pobreza à não pobreza de acordo com o IPM

As tabelas abaixo examinam a mobilidade intergeracional no bem-estar multidimensional, comparando o estado em termos do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) dos agregados familiares actuais dos inquiridos com a dos seus agregados familiares de infância. Tal como mencionado na Secção 2.2.1, os agregados familiares que sofrem privações iguais ou superiores a 60% das dimensões (ponderadas) de privação são identificados como pobres.

De um modo geral, a Tabela 3.8 indica um progresso geracional considerável no que respeita à privação multidimensional, com 93% de todos os agregados familiares de infância a serem pobres em termos do IPM em comparação com 64,4% dos agregados familiares actuais. Isto reflecte um nível considerável de mobilidade ascendente absoluta, com 58,8% da amostra a registar uma melhoria no seu estado em termos do IPM. Contudo, a imobilidade não é negligenciável, uma vez que 34,2% dos agregados familiares nasceram em agregados familiares pobres em termos do IPM e ainda vivem em situação de pobreza multidimensional no seu agregado familiar actual. O movimento descendente é mínimo, com apenas 1,4% dos inquiridos criados num agregado familiar não pobre em termos do IPM a viver actualmente em situação de pobreza multidimensional.

Estes resultados indicam uma mobilidade ascendente substancial para os indivíduos que cresceram em agregados familiares pobres, com a maioria a escapar à pobreza na idade adulta. No entanto, a persistência da pobreza continua a ser significativa, com uma grande parte dos inquiridos de agregados familiares pobres a permanecer multidimensionalmente pobre.

Tabela 3.8 Tabela de mobilidade no bem-estar multidimensional: Estado de pobreza multidimensional (%)

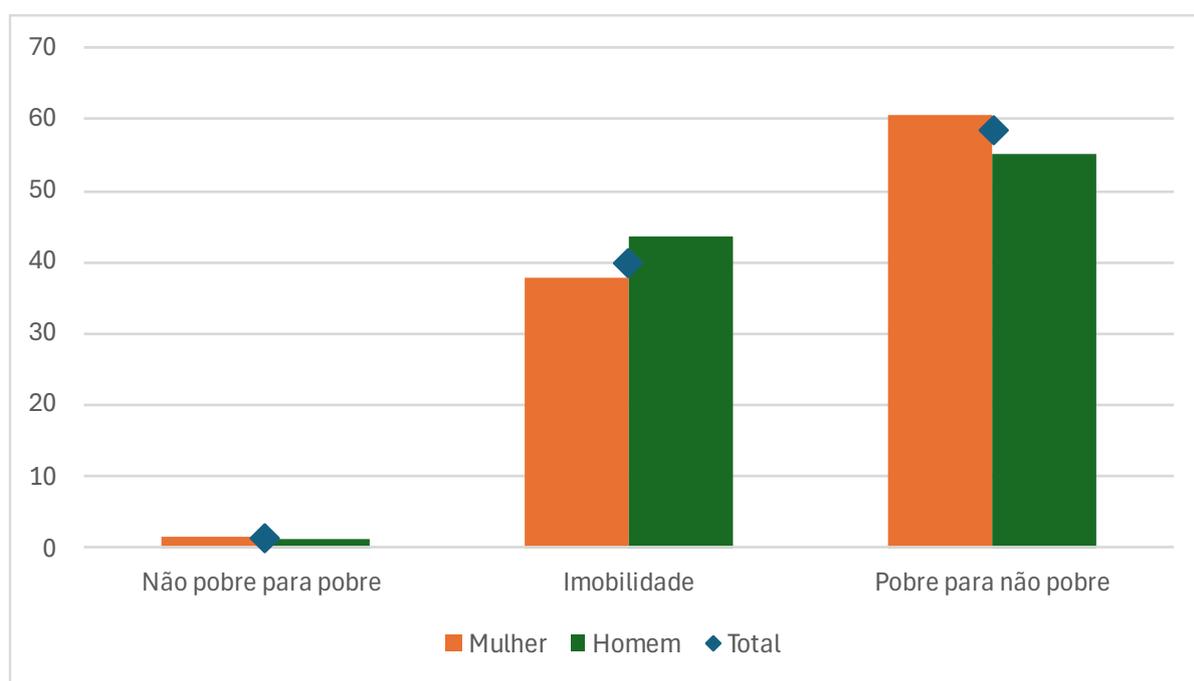
Pobreza multidimensional no agregado familiar de infância (%)	Pobreza multidimensional no agregado familiar actual (%)		
	Não pobre	Pobre	Total
Não pobre	5,6	1,4	7,0
Pobre	58,8	34,2	93,0
Total	64,4	35,6	100,0

Tabela 3.9 Métricas de mobilidade absoluta, estado de pobreza multidimensional (%)

Imobilidade	39,8
Mobilidade descendente	1,4
Mobilidade ascendente	58,8

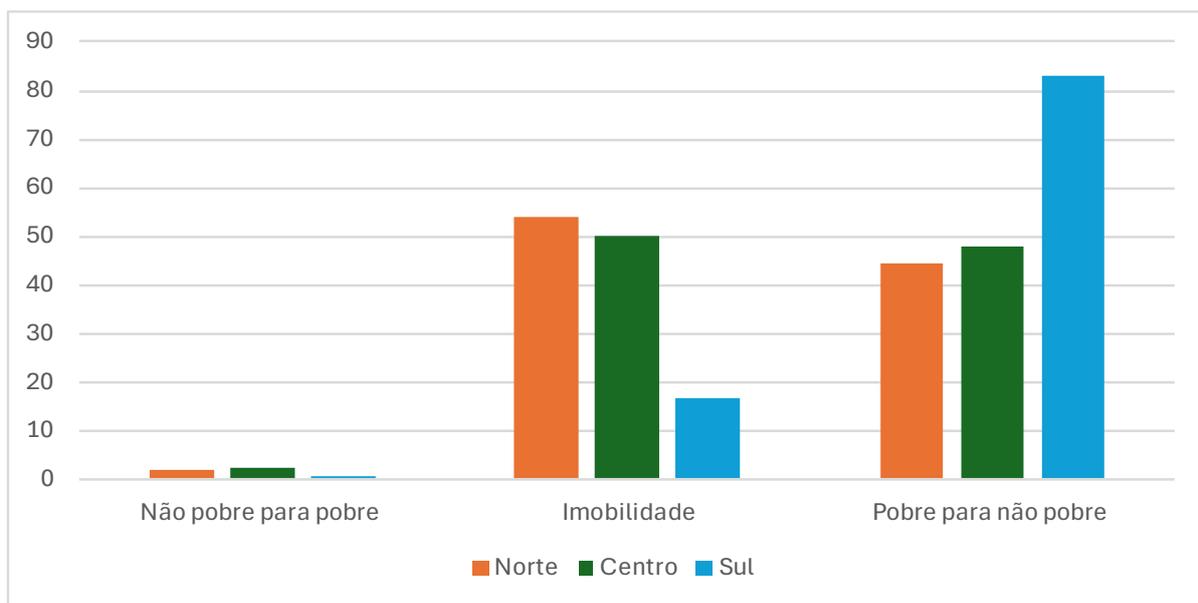
O gráfico de barras da Figura 3.14 ilustra os movimentos absolutos no bem-estar multidimensional, desagregados por género. A imobilidade é substancial para ambos os géneros, com uma percentagem ligeiramente superior de homens inquiridos a permanecerem no mesmo estado de pobreza que os seus agregados familiares de infância. A mobilidade ascendente (de pobre para não pobre em termos do IPM) é o movimento mais prevalente, particularmente entre as mulheres, que apresentam taxas ligeiramente mais elevadas (cerca de 60%) em comparação com os homens (cerca de 55%). Inversamente, a mobilidade descendente (de não pobre para pobre) é rara para ambos os géneros, com diferenças mínimas observadas.

Figura 3.13 Diferença absoluta intergeracional no estado de pobreza multidimensional, por género (%)



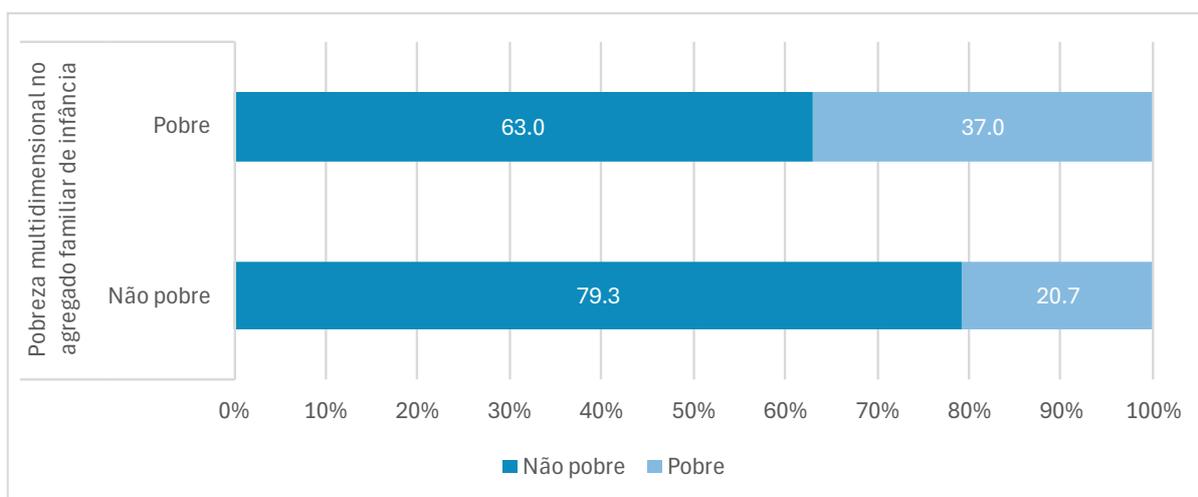
Analisando as diferenças regionais na mobilidade multidimensional, a Figura 3.15 destaca as disparidades regionais na mobilidade ascendente, com a zona Sul a demonstrar resultados significativamente melhores na quebra dos ciclos de pobreza. Em particular, na zona Sul, quase 80% dos indivíduos transitam de agregados familiares pobres para não pobres, em comparação com apenas cerca de 45% no Norte e no Centro do país. Por outro lado, a imobilidade é mais elevada nas zonas Norte e Centro do país (cerca de 50%) e significativamente mais baixa na zona Sul (menos de 20%), reflectindo uma maior persistência da pobreza naquelas primeiras regiões. A mobilidade descendente (de não pobres para pobres) é mínima em todas as regiões, sendo praticamente inexistente no Sul do país.

Figura 3.14 Diferença absoluta intergeracional no estado de pobreza multidimensional, por localização (%)



Se analisarmos os rácios de oportunidade entre os dois grupos, a Figura 3.16 mostra que os inquiridos cujo agregado familiar de infância era pobre em termos do IPM têm quase o dobro da probabilidade de serem pobres em termos do mesmo índice actualmente, em comparação com os inquiridos que não cresceram em agregados familiares pobres em termos desse índice. Este facto sublinha que, não obstante a melhoria geral da pobreza multidimensional nas duas gerações, os indivíduos que crescem em situação de pobreza enfrentam barreiras estruturais que limitam as suas oportunidades de mobilidade ascendente.

Figura 3.15 Probabilidades incondicionais de atingir o estado de pobreza multidimensional em função do estado de pobreza multidimensional no agregado familiar de infância (%)



3.3.2 Número de privações

A matriz de transição abaixo apresenta informações adicionais sobre a mobilidade intergeracional no bem-estar multidimensional, comparando o número de privações sofridas pelos actuais agregados familiares dos inquiridos com as dos seus agregados familiares de infância. A Tabela 3.10 mostra como os inquiridos transitam entre categorias de privação (variando de 0 a 6 privações). Os resultados revelam uma mobilidade ascendente significativa, uma vez que a maioria dos inquiridos sofreu menos privações nos seus agregados familiares actuais em comparação com os da sua infância.

Em particular, apenas 12,1% dos inquiridos permanecem na mesma categoria de privação que os seus agregados familiares de infância, enquanto uns impressionantes 83,5% dos inquiridos registaram uma mobilidade ascendente, o que significa que enfrentam agora menos privações multidimensionais do que na infância (Tabela 3.11). Em contrapartida, apenas 4,3% dos inquiridos sofreram mobilidade descendente, transitando para agregados familiares com mais privações em comparação com os seus agregados familiares de infância. Embora se trate de uma pequena proporção, esta situação revela a existência de alguma vulnerabilidade à pobreza, especialmente para os inquiridos que sofreram um número relativamente elevado de privações durante a infância. Os agregados familiares com o maior número de privações (5 ou 6) na infância dominam a amostra total, representando 78,6% dos inquiridos. No entanto, a maioria destes inquiridos melhorou a sua situação, transitando das categorias de privação mais elevadas (5 ou 6) para categorias de privação mais baixas (3 ou 4).

Tabela 3.10 Tabela de mobilidade no bem-estar multidimensional: Número de privações (%)

Número de privações no agregado familiar de infância (%)	Número de privações no agregado familiar actual (%)							Total
	0	1	2	3	4	5	6	
0	0,3	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,6
1	0,3	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
2	0,4	0,2	0,4	0,2	0,1	0,2	0,0	1,7
3	0,8	0,7	0,9	0,6	0,6	0,4	0,0	4,0
4	2,4	2,5	2,9	2,6	2,8	1,1	0,2	14,4
5	6,8	7,4	8,6	8,7	9,6	6,4	0,9	48,3
6	2,5	4,3	4,8	5,4	7,1	4,6	1,5	30,3
Total	13,6	15,4	17,7	17,7	20,1	12,9	2,6	100,0

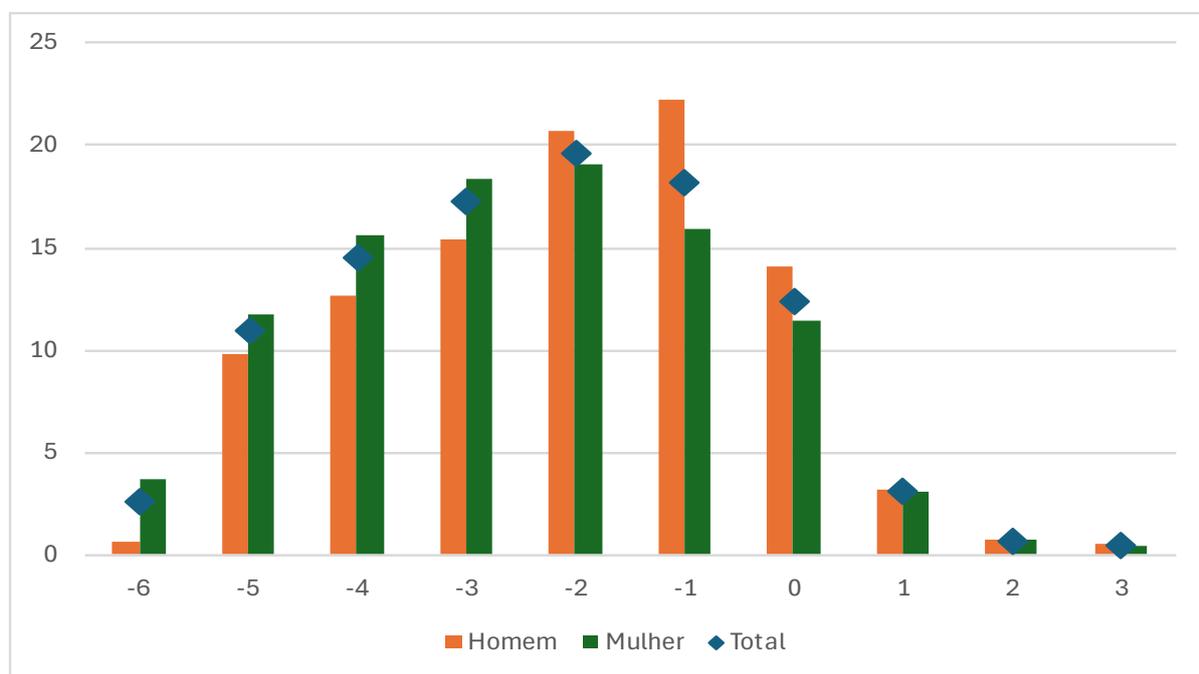
Tabela 3.11 Métricas de mobilidade absoluta, número de privações (%)

Imobilidade	12,1
Mobilidade descendente	4,3
Mobilidade ascendente	83,5

As duas figuras (Figura 3.17 e 3.18) mostram a diferença absoluta no número de privações sofridas pelos inquiridos em comparação com os seus agregados familiares de infância, desagregadas por género (3.17) e localização (3.18). As diferenças são classificadas como valores positivos (indicando um aumento das privações), zero (sem alteração) e valores negativos (indicando uma redução das privações).

Como referido anteriormente, a maioria dos inquiridos registou uma diminuição do número de privações, tal como demonstrado pela predominância de valores negativos. Os homens e as mulheres apresentam padrões de redução semelhantes, embora os homens tenham uma representação ligeiramente mais elevada nas categorias que indicam a ausência de alterações e uma diminuição de apenas uma ou duas privações, enquanto as mulheres apresentam uma melhoria absoluta mais elevada, dado que a sua percentagem é mais elevada nas categorias -3, -4, -5 e -6.

Figura 3.16 Diferença absoluta intergeracional no número de privações, por género (%)



Analisando a desagregação regional, podemos ver que existem melhorias intergeracionais significativas no bem-estar multidimensional em todas as regiões, com as reduções nas privações a dominarem a distribuição. O Sul apresenta a mobilidade ascendente mais substancial, o que é reflectido pela elevada percentagem de inquiridos nas categorias que indicam uma maior redução do número de privações (-3, -4, -5 e -6).

O Norte e o Centro apresentam padrões de maior imobilidade e uma redução menos acentuada do número absoluto de privações que os agregados familiares enfrentam, indicando a persistência de desafios estruturais nessas regiões.

Figura 3.17 Diferença absoluta intergeracional no número de privações, por localização (%)

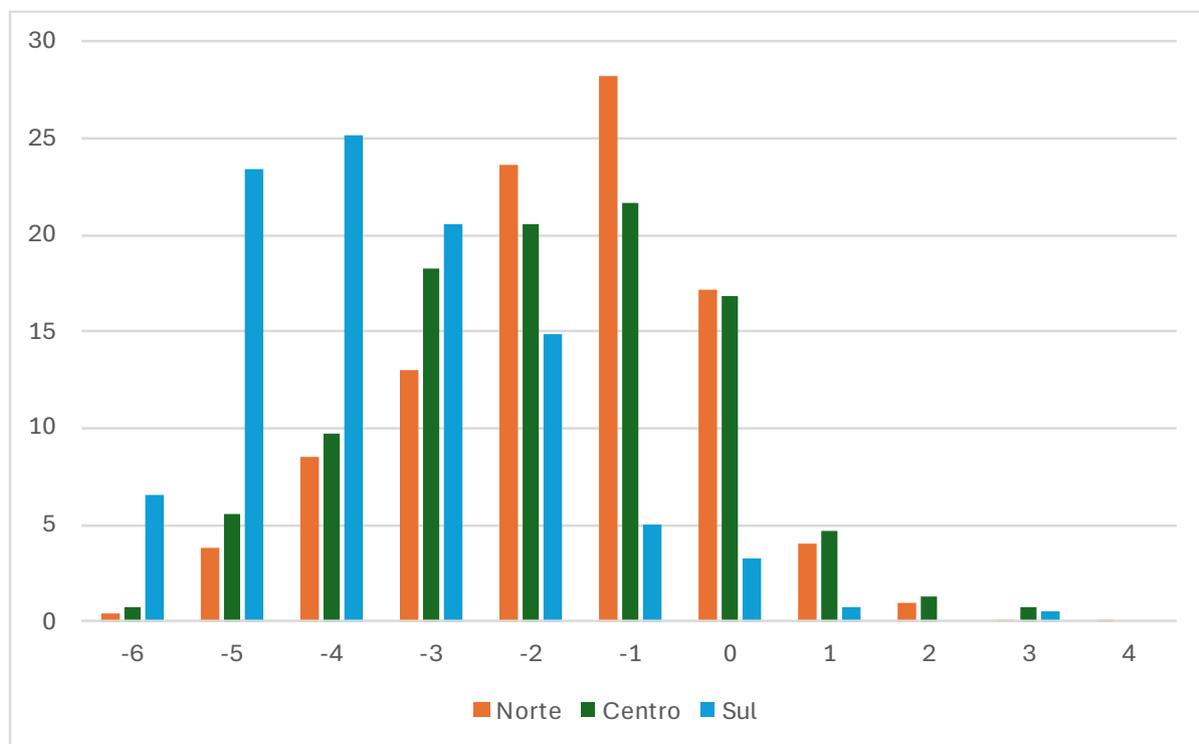
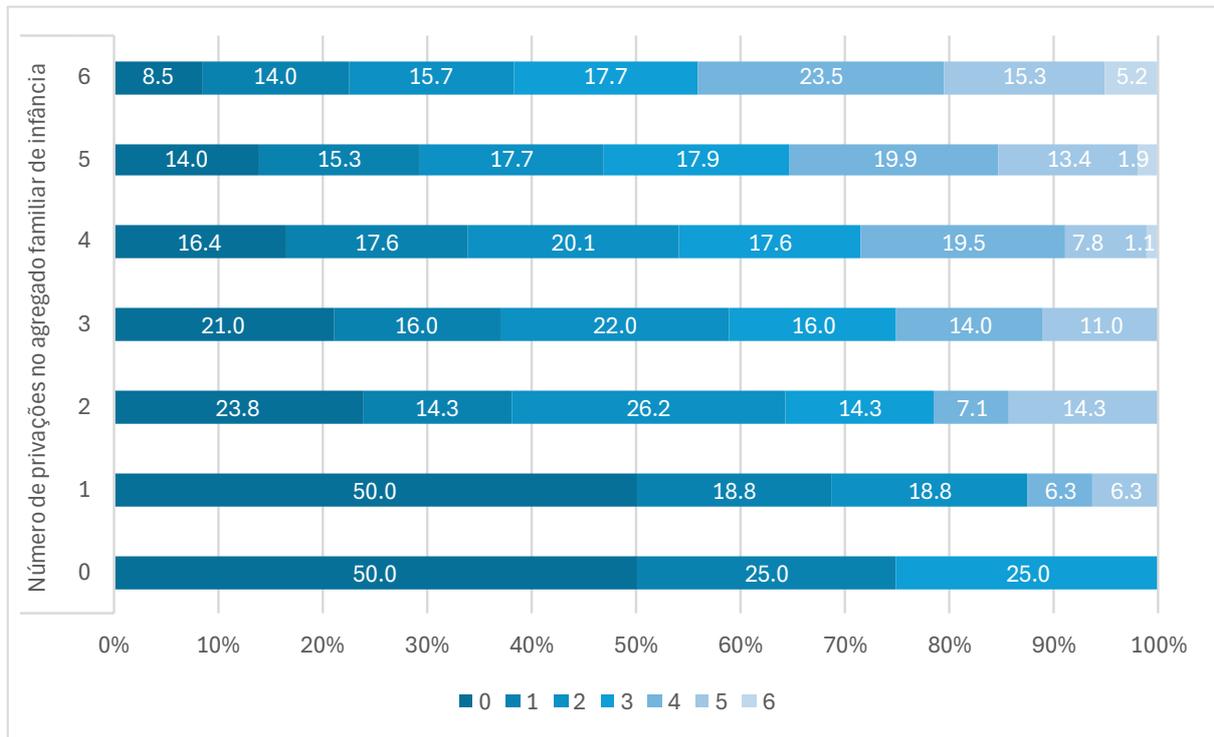


Figura 3.19 mostra que nenhum dos inquiridos criados num agregado familiar com 0 ou apenas 1 privação vive agora num agregado familiar com mais de 4 privações, em comparação com cerca de 20% dos inquiridos criados num agregado familiar com o número máximo de privações (6). De facto, os inquiridos criados em agregados familiares com 6 privações têm 3,5 vezes mais probabilidades de viver em agregados familiares com 4 ou mais privações (15,3% com 5 privações e 5,2% com 6 privações) em comparação com os inquiridos criados em agregados familiares com apenas 1 privação (6,3%). Por outro lado, os inquiridos criados em agregados familiares com 0 ou 1 privação têm quase seis vezes mais probabilidades de escapar a todas as privações (50%) em comparação com os inquiridos de agregados familiares com 6 privações (8,5%).

Figura 3.18 Probabilidades incondicionais de sofrer um determinado número de privações em função do número de privações no agregado familiar de infância (%)



3.4 Mobilidade intergeracional no bem-estar subjectivo

Tabelas 3.12 e 3.13 apresentam a distribuição do bem-estar subjectivo dos inquiridos entre gerações, comparando a posição do seu agregado familiar actual na escala de bem-estar subjectivo com a posição do seu agregado familiar de infância. Esta análise baseia-se nas auto-avaliações dos inquiridos relativamente a vinhetas de agregados familiares que representam diferentes níveis de bem-estar.

A maioria dos agregados familiares de infância dos inquiridos está posicionada em 0 (59,4%), o nível mais baixo de bem-estar subjectivo, seguido de 1 (28,5%). Nos seus agregados familiares actuais, o bem-estar subjectivo distribuiu-se de forma mais uniforme, com proporções notáveis em 0 (26,5%), 1 (33,9%) e 2 (35,0%). Os níveis 3 e 4, os mais elevados da escala de bem-estar, continuam a ser raros entre as gerações, embora sejam mais comuns na geração actual do que na geração dos pais.

Cerca de um terço da amostra refere ter permanecido no mesmo nível de bem-estar subjectivo que o seu agregado familiar de infância. Este facto é mais notório para os que começam em 0, onde 17,7% da amostra total permanece na mesma categoria.

Mais de metade (54,8%) dos inquiridos considera ter havido melhorias intergeracionais no seu bem-estar, tendo passado para um nível de bem-estar subjectivo mais elevado do que o do seu agregado familiar de infância. As melhorias mais notáveis ocorreram para os indivíduos que começaram em 0 ou 1 na infância, com muitos a passarem para 1, 2 ou categorias superiores.

Cerca de 11% dos inquiridos relatam uma percepção de mobilidade descendente, em que o seu agregado familiar actual é colocado numa categoria de bem-estar subjectivo inferior à do seu agregado familiar de infância. Esta situação é relativamente limitada, mas aponta para uma vulnerabilidade a viragens na conjuntura social e económica.

Em geral, a maioria dos inquiridos refere melhorias no bem-estar em comparação com o seu agregado familiar de infância, em especial os que começam nas categorias mais baixas. Contudo, a imobilidade e a mobilidade descendente continuam presentes.

Tabela 3.12 Tabela de mobilidade no bem-estar subjectivo (%)

Bem-estar subjectivo no agregado familiar de infância (%)	Bem-estar subjectivo no agregado familiar actual (%)					Total
	0	1	2	3	4	
0	17,7	21,1	18,7	1,3	0,5	59,4
1	6,1	10,5	10,6	0,6	0,8	28,5
2	2,3	2,1	5,4	0,7	0,5	11,1
3	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,6
4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4
Total	26,5	33,9	35,0	2,7	1,9	100

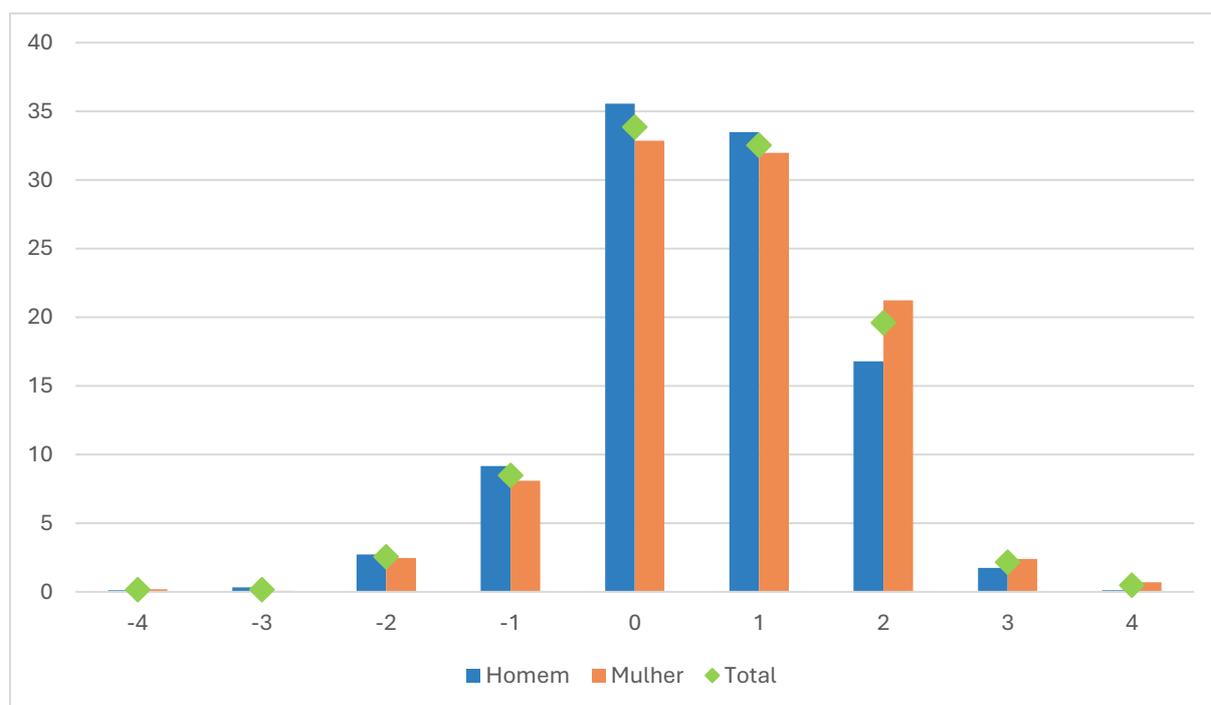
Tabela 3.13 Métricas de mobilidade absoluta, mobilidade subjectiva (%)

Imobilidade	33,8
Mobilidade descendente	11,3
Mobilidade ascendente	54,8

As Figuras 3.20 e 3.21 ilustram a distribuição das diferenças absolutas no bem-estar subjectivo entre os agregados familiares actuais dos inquiridos e os seus agregados familiares de infância, desagregadas por género e localização. As diferenças variam entre -4 (indicando uma mobilidade subjectiva significativa para baixo) e 4 (mobilidade subjectiva significativa para cima), com 0 a representar nenhuma alteração (imobilidade subjectiva).

A imobilidade é a experiência mais comum para ambos os géneros, com cerca de 35% dos homens e das mulheres a declararem que não houve alterações no bem-estar subjectivo entre o agregado familiar actual e o agregado familiar de infância. Porém, a mobilidade ascendente domina a distribuição. Enquanto na imobilidade (0) e em +1 os homens são ligeiramente mais prevalentes, mais de 20% das mulheres referem uma melhoria de 2 degraus na escala de bem-estar, em comparação com apenas cerca de 15% dos homens. A mobilidade descendente é mínima, com os valores negativos a representarem uma pequena fracção da distribuição, mas ligeiramente mais prevalente nos homens do que nas mulheres.

Figura 3.19 Diferença absoluta intergeracional no bem-estar subjectivo, por género (%)



A Figura 3.21 mostra que a mobilidade subjectiva ascendente é predominante na zona

Sul, onde os inquiridos relatam ganhos mais elevados em comparação com a zona Norte e a zona Centro do país. Em contrapartida, as zonas Centro e Norte têm percentagens mais elevadas de inquiridos que não referem qualquer alteração subjectiva no nível de bem-estar em comparação com o seu agregado familiar de infância. A mobilidade descendente é relativamente rara em todas as regiões, mas é mais elevada na zona Centro, com cerca de 12% dos inquiridos na Zambézia e em Sofala a reportarem um declínio de um degrau na escala de bem-estar. Em geral, os inquiridos da zona Sul reconhecem maiores melhorias intergeracionais no bem-estar subjectivo. Estes resultados reforçam as disparidades regionais na mobilidade do bem-estar, com a mobilidade subjectiva a reflectir padrões semelhantes aos encontrados para a mobilidade multidimensional na Secção 3.3.

Figura 3.20 Diferença absoluta intergeracional no bem-estar subjectivo, por localização (%)

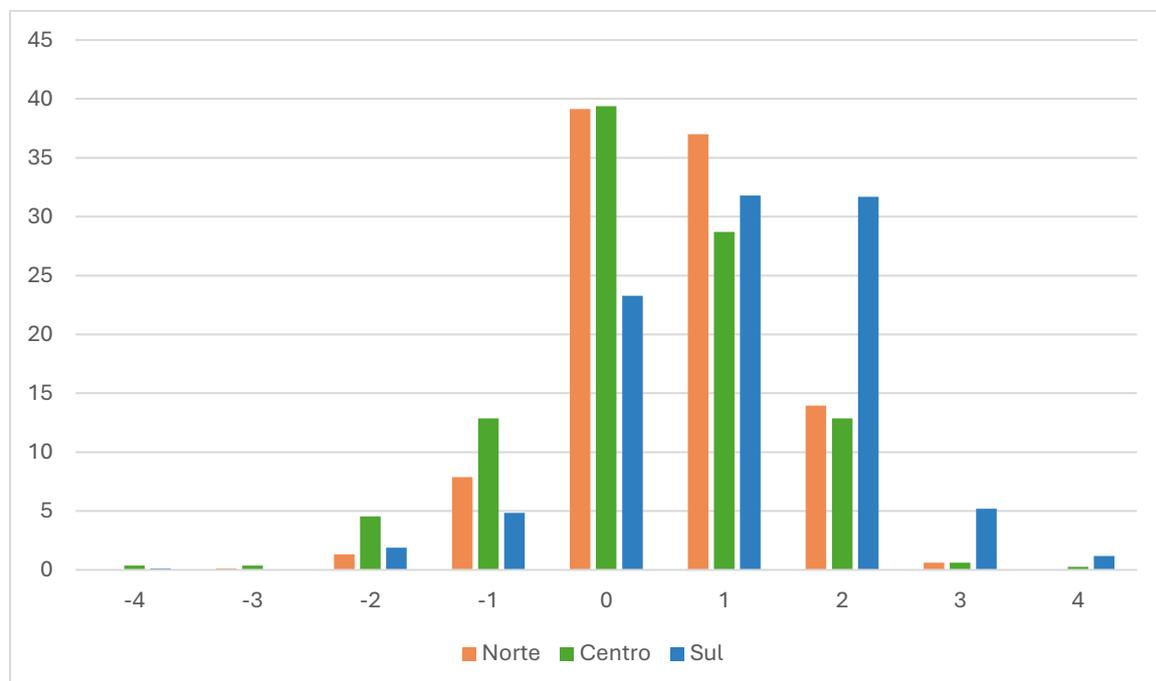
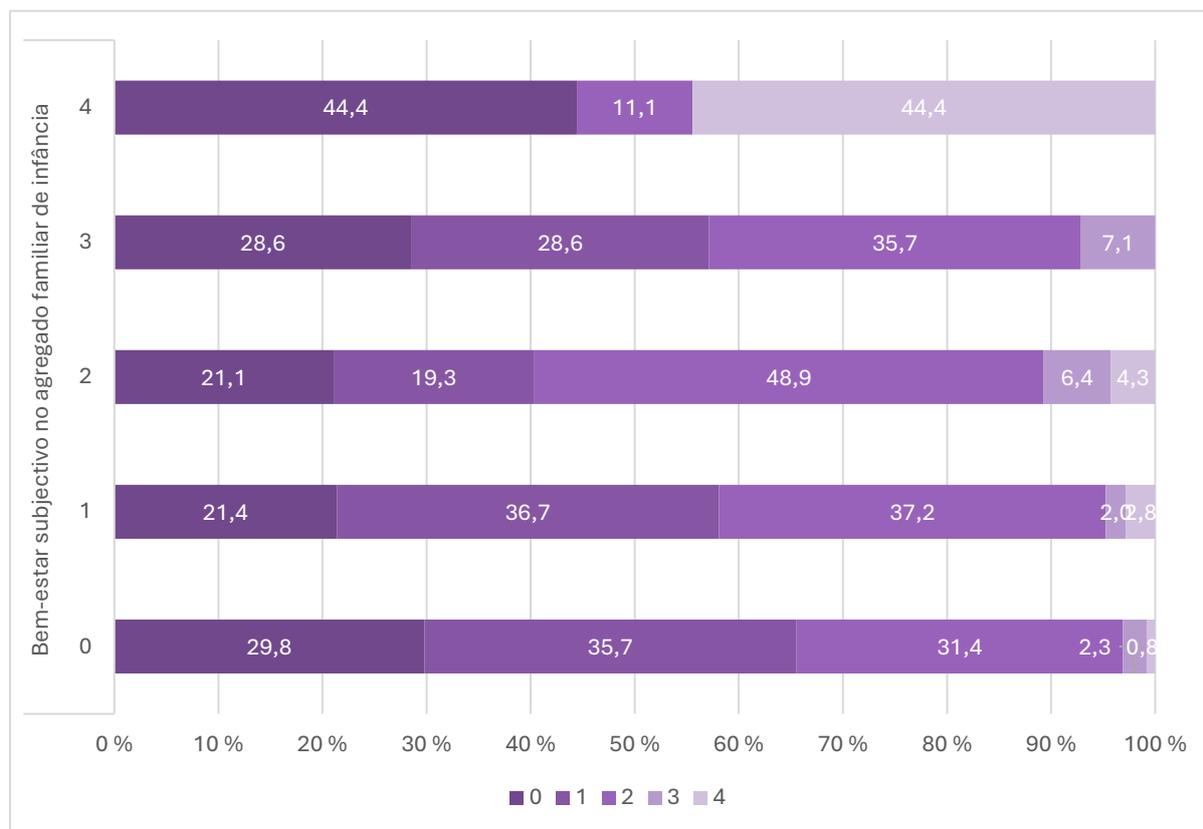


Figura 3.22 mostra que os inquiridos cujo bem-estar subjectivo na infância se situava no nível 3 ou 4 têm cerca de 6 vezes mais probabilidades de reportar os níveis mais elevados de bem-estar (3 ou 4) na idade adulta (21,7%, não apresentado), em comparação com os inquiridos criados em agregados familiares com o nível mais baixo (3,6%, não apresentado), o que evidencia grandes disparidades de oportunidades nos dois extremos da escala subjectiva na infância. Em níveis mais baixos de bem-estar subjectivo actual, a disparidade continua presente, com os inquiridos cujo bem-estar na infância se situava no nível 2 a terem 1,56 vezes mais probabilidades de atingir o nível 2 de bem-estar (48,9%), em comparação com aqueles cujo bem-estar na infância se situava no nível 0 (31,4%).

Figura 3.21 Probabilidades incondicionais de bem-estar subjectivo em função do bem-estar subjectivo no agregado familiar de infância (%)



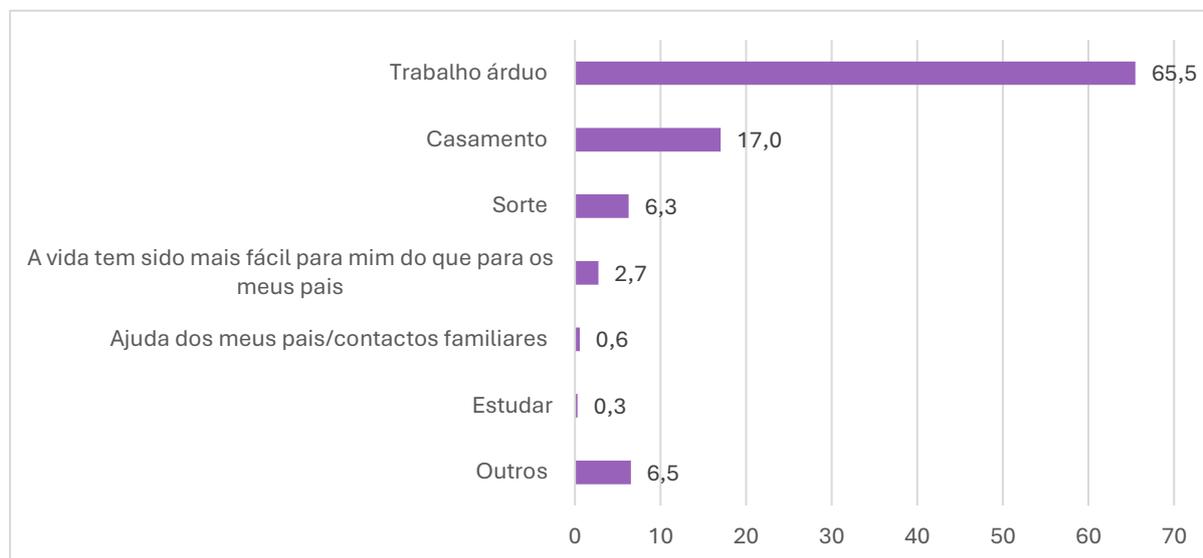
3.4.1 Percepções sobre a mobilidade intergeracional: factores contributivos e a geração seguinte

Nesta secção, apresentamos as respostas a algumas das perguntas do inquérito relativas às percepções dos inquiridos sobre a mobilidade intergeracional. Estas perguntas do inquérito complementam a análise, fornecendo informações qualitativas sobre as percepções dos inquiridos relativamente à sua mobilidade intergeracional e aos factores que para ela contribuem. A primeira pergunta identifica os factores de percepção da mobilidade – como o trabalho árduo, o casamento ou a sorte – lançando luz sobre os factores sociais e estruturais que influenciam os resultados da mobilidade. A segunda pergunta desloca o foco para a próxima geração, fornecendo informações sobre as expectativas e as avaliações quanto à mobilidade das filhas, o que acrescenta uma dimensão prospectiva à análise.

A Figura 3.23 destaca as percepções dos inquiridos quanto aos factores que contribuem para a melhoria do seu nível de vida em comparação com o nível de vida dos seus pais. A maioria, 65,5%, atribui a sua melhor situação ao “trabalho árduo”, sublinhando a importância que a este é atribuída. O “casamento” é o segundo factor mais citado, com 17,0%, seguido da “sorte”, com 6,3%. Menores são as proporções dos que atribuem a sua melhoria à noção de que “a vida tem sido mais fácil” (2,7%), à “ajuda dos pais ou contactos familiares” (0,6%) ou ao facto de “estudar” (0,3%). Estas respostas sublinham

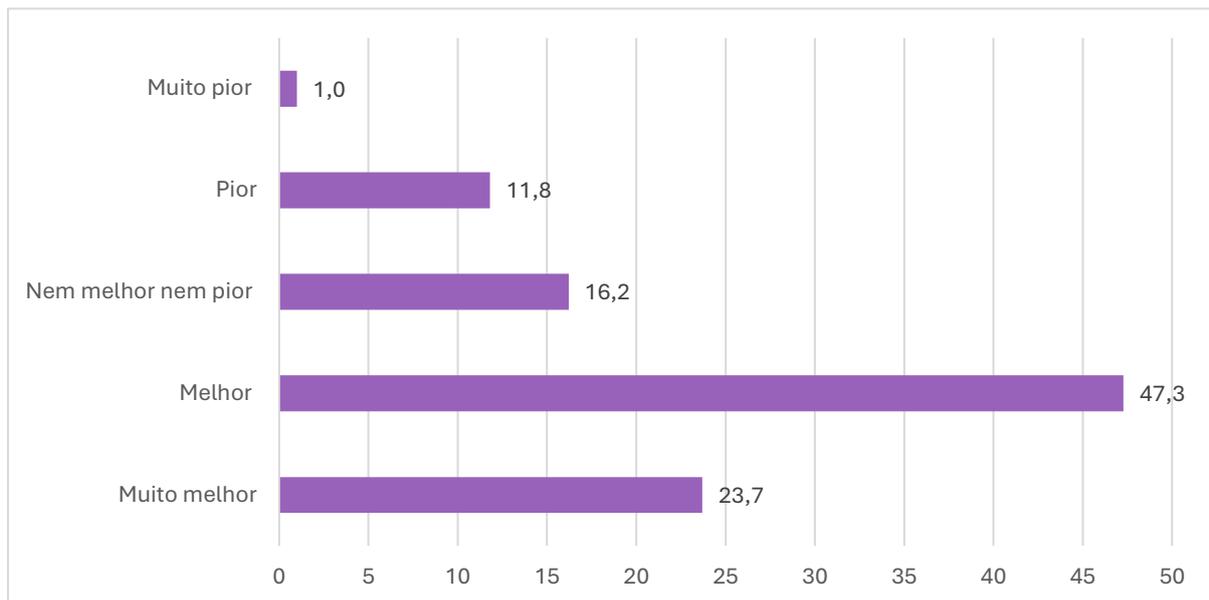
a forte crença no esforço individual enquanto principal motor da mobilidade ascendente, com outros factores sociais ou circunstanciais a desempenharem papéis relativamente menores.

Figura 3.22 Resposta a “Se acha que está melhor ou muito melhor, o que acha que o ajudou a estar melhor do que os seus pais?” (%)



O gráfico de barras da Figura 3.24 reflecte a percepção dos inquiridos sobre o nível de vida actual dos seus filhos em comparação com o seu próprio nível de vida na mesma idade. Uma maioria significativa considera haver melhorias, com 47,3% a afirmarem que os seus filhos estão melhor e 23,7% a indicarem que estão muito melhor. Porém, 16,2% não referem qualquer alteração (“nem melhor nem pior”), enquanto 11,8% consideram que os seus filhos estão pior e apenas 1% considera que os seus filhos estão muito pior. Estas respostas evidenciam uma perspectiva geralmente optimista sobre o progresso intergeracional, com a maioria dos inquiridos a considerar que os padrões económicos e de vida dos seus filhos representam uma melhoria em relação aos seus próprios padrões.

Figura 3.23 Resposta à pergunta “Comparando a situação actual dos seus filhos com a sua quando tinha a idade deles, como acha que os seus filhos estão agora em relação a si, em termos de nível de vida/situação económica?” (%)



4. Resultados: Factores determinantes da mobilidade ascendente

Nesta secção, investigamos os determinantes (correlatos) da mobilidade ascendente em cada uma das dimensões de resultados, através da regressão de uma variável que indica a mobilidade ascendente (igual a 1, se o inquirido tiver vivenciado mobilidade ascendente na dimensão de interesse, e 0 caso contrário) em factores demográficos, características dos agregados familiares de infância e respectiva dinâmica e factores geográficos fundamentais. Em particular, analisamos a associação entre a mobilidade ascendente e:

- **Factores demográfico:**
 - Género do inquirido
 - Idade do inquirido
 - Idade do inquirido quadrado
 - Se o inquirido nasceu após a independência de Moçambique (1975)
- **Composição e dinâmica do agregado familiar de infância:**
 - Género do chefe do agregado familiar
 - Se o chefe do agregado familiar falava ou não português
 - Número de filhos do chefe do agregado familiar
 - Se o chefe do agregado familiar praticava poligamia ou não
 - Se a mãe ou o pai do inquirido morreu antes de o inquirido completar 12 anos
 - Se algum membro do agregado familiar de infância viveu directamente algum conflito
 - Se o inquirido viveu em vários agregados familiares dos 0 aos 12 anos de idade ou se permaneceu sempre no mesmo
- **Factores geográficos:**
 - Província: Norte, Centro ou Sul
 - Se o inquirido alguma vez migrou
 - Se o agregado familiar de infância se situava a mais de 2 horas a pé de um centro de saúde

Em seguida, apresentamos tabelas de regressão estimadas através de regressão logística em quatro especificações para a mobilidade ascendente na educação, na actividade profissional e no bem-estar multidimensional e subjectivo.

4.1 Determinantes da mobilidade ascendente na educação

A Tabela 4.1 analisa os factores determinantes da mobilidade ascendente na educação, sendo a mobilidade ascendente aí definida como o nível de instrução do inquirido ser superior ao do seu progenitor. A tabela inclui quatro especificações, acrescentando

progressivamente factores demográficos, do agregado familiar de infância e geográficos, com a quarta coluna a incorporar conjuntamente todos os factores.

O género do inquirido surge como um correlato significativo da mobilidade educativa ascendente. As mulheres inquiridas têm uma probabilidade consistente e significativamente menor de vivenciar a mobilidade educativa ascendente em todas as especificações, como indicam os coeficientes elevados e negativos. A idade está positivamente associada à mobilidade ascendente, mas este efeito diminui em idades mais elevadas, como mostra o coeficiente negativo e significativo do termo de idade ao quadrado.

Os factores do agregado familiar de infância revelam várias associações notáveis com a mobilidade educativa ascendente. Ter um chefe do agregado familiar do sexo feminino na infância está positivamente associado à mobilidade ascendente, uma conclusão que pode ser explicada pelos níveis de escolaridade geralmente mais baixos dos chefes de agregado familiar do sexo feminino em comparação com os do sexo masculino, uma vez que 93% dos chefes de agregado familiar do sexo feminino não tinham instrução formal em comparação com 79% dos chefes de agregado familiar do sexo masculino (não apresentado). Por outro lado, os agregados familiares cujo chefe falava português têm uma probabilidade significativamente menor de apresentar mobilidade educativa ascendente, possivelmente devido aos níveis médios de escolaridade mais elevados entre os chefes de agregado familiar lusófonos. A poligamia e a morte da mãe na infância estão, forte e negativamente, associadas à mobilidade ascendente, indicando barreiras significativas nestes contextos. Embora a morte do pai também apresente uma associação negativa, este efeito diminui e torna-se insignificante no modelo completo. Outros factores do agregado familiar, como o número de filhos, as experiências de conflito ou as mudanças no agregado familiar durante a infância, não apresentam relações significativas com a mobilidade educativa ascendente.

Geograficamente, os inquiridos das regiões Centro e Sul são significativamente menos propensos a experimentar mobilidade educativa ascendente em comparação com os do Norte, como evidenciado por coeficientes negativos e significativos. A migração e a proximidade de um centro de saúde, no entanto, não têm efeitos significativos na mobilidade educativa ascendente.

De um modo geral, a análise revela que os factores demográficos, em particular o género, e as características específicas do agregado familiar, como a poligamia e a sobrevivência da mãe, são factores importantes para a mobilidade educativa ascendente. As disparidades geográficas são também evidentes, com diferenças regionais substanciais nos resultados da mobilidade educativa.

4.2 Determinantes da mobilidade ascendente na actividade profissional

Passamos agora a analisar os determinantes da mobilidade ascendente na actividade profissional (Tabela 4.2). Tal como referido na Secção 2.2, a classificação em 5 classes de profissões não é estritamente hierárquica. Consideramos que a mobilidade intergeracional entre trabalhadores informais de nível superior e trabalhadores agrícolas de nível superior e entre trabalhadores informais de nível inferior e trabalhadores agrícolas de nível inferior é mais um movimento horizontal do que uma mobilidade ascendente ou descendente. Ou seja, a seguir, consideramos ambas as categorias de nível inferior como o degrau mais baixo da escala profissional, seguindo-se-lhes as duas categorias de nível superior, enquanto o emprego formal é a categoria mais elevada da escala.

O género continua a desempenhar um papel significativo na mobilidade profissional. As mulheres inquiridas são significativamente menos propensas a experimentar uma mobilidade profissional ascendente, tal como indicado pelos coeficientes consistentemente negativos e estatisticamente significativos. Esta desvantagem alinha-se com o que foi observado para a mobilidade na educação, destacando as barreiras estruturais persistentes enfrentadas pelas mulheres em todas as dimensões da mobilidade.

Em contraste com a educação, a idade e o seu termo ao quadrado não apresentam uma relação significativa com a mobilidade na actividade profissional, sugerindo que os efeitos do ano de nascimento podem ser menos relevantes para os resultados profissionais. Do mesmo modo, o facto de ter nascido depois de 1975 não apresenta uma associação estatisticamente significativa com a mobilidade profissional.

Tabela 4.1 Mobilidade ascendente na educação e principais características demográficas, da infância e geográficas

	(1)	(2)	(3)	(4)
	MA na Edu	MA na Edu	MA na Edu	MA na Edu
Mulher inquirida	-1,397*** (0,0947)			-1,594*** (0,109)
Idade	0,113* (0,0604)			0,101 (0,0670)
Idade^2	-0,000942** (0,000451)			-0,000883* (0,000502)
Nascido >1975	0,398 (0,288)			0,479 (0,312)
Mulher chefe do AF		0,188 (0,142)		0,368** (0,164)
Chefe do AF fala port.		-0,559*** (0,113)		-0,762*** (0,130)
N.º filhos chefe do AF		-0,00470 (0,0131)		-0,00757 (0,0149)
Poligamia		-0,290*** (0,110)		-0,117 (0,125)
Mãe faleceu		-0,394** (0,173)		-0,455** (0,196)
Pai faleceu		-0,286* (0,152)		-0,282 (0,177)
Conflito		-0,0470 (0,104)		0,0276 (0,118)
Mudou de AF		0,110 (0,118)		0,112 (0,136)
Centro			-0,604*** (0,107)	-0,606*** (0,121)
Sul			-0,543*** (0,115)	-0,244* (0,130)
Migrou			0,0748 (0,0946)	0,0250 (0,105)
Centro saúde fica longe			0,0125 (0,0944)	-0,0146 (0,106)
_cons	-2,676 (2,005)	0,0363 (0,110)	0,120 (0,0991)	-1,511 (2,217)
<i>N</i>	2148	2063	1973	1901

Erros padrão entre parênteses

* p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01

Quanto aos factores do agregado familiar de infância, alguns padrões diferem dos da educação. Por exemplo, o género do chefe do agregado familiar e o facto de falar ou não português não são preditores significativos da mobilidade na actividade profissional, ao passo que estes factores tiveram um impacto na mobilidade ascendente na educação. A morte de um dos pais, a poligamia e o número de filhos no agregado familiar também não mostram uma relação significativa com a mobilidade ascendente na actividade profissional, em contraste com os seus papéis mais pronunciados no modelo da educação. Isto sugere que os factores predominantemente ligados às circunstâncias do início da vida podem desempenhar um papel mais importante na determinação das trajetórias educativas do que os avanços profissionais. No entanto, uma das principais conclusões é o efeito positivo e estatisticamente significativo da mudança de agregado familiar durante a infância, indicando que este factor pode proporcionar uma maior exposição a oportunidades relevantes para a progressão na actividade profissional.

Os factores geográficos revelam outras distinções. Ao contrário do que acontece com a educação, as diferenças regionais (Norte, Centro e Sul) não são preditores significativos da mobilidade profissional. Adicionalmente, a migração e a proximidade de centros de saúde, que também não foram significativas nos modelos de educação, não mostram qualquer impacto na mobilidade profissional.

De um modo geral, enquanto o género do inquirido continua a ser um determinante consistente e significativo da mobilidade ascendente, tanto na educação quanto na actividade profissional, a importância das características do agregado familiar de infância e das disparidades geográficas é mais ténue para os resultados profissionais. Os resultados sugerem que a mobilidade profissional pode ser influenciada por um conjunto distinto de processos em comparação com a educação, reflectindo barreiras e oportunidades potencialmente diferentes nestas dimensões. Esta diferenciação sublinha a necessidade de intervenções adaptadas para fazer face a condicionalismos específicos da mobilidade educativa e profissional.

Tabela 4.2 Mobilidade ascendente na actividade profissional e principais características demográficas, da infância e geográficas

	(1) MA na Act. Prof.	(2) MA na Act. Prof.	(3) MA na Act. Prof.	(4) MA na Act. Prof.
Mulher inquirida	-0,466*** (0,116)			-0,441*** (0,127)
Idade	0,0850 (0,0775)			0,0926 (0,0823)
Idade^2	-0,000640 (0,000577)			-0,000669 (0,000613)
Nascido >1975	0,301 (0,365)			0,397 (0,381)
Mulher chefe do AF		-0,181 (0,195)		-0,248 (0,210)
Chefe do AF fala port.		0,153 (0,130)		0,113 (0,139)
N.º filhos chefe do AF		-0,0234 (0,0173)		-0,0266 (0,0183)
Poligamia		-0,161 (0,146)		-0,0672 (0,152)
Mãe faleceu		-0,368 (0,235)		-0,296 (0,246)
Pai faleceu		-0,0454 (0,203)		0,0260 (0,219)
Conflito		0,0553 (0,133)		0,0346 (0,141)
Mudou de AF		0,384*** (0,144)		0,345** (0,156)
Centro			-0,131 (0,142)	-0,134 (0,149)
Sul			0,0140 (0,146)	0,144 (0,155)
Migrou			0,170 (0,121)	0,144 (0,125)
Centro saúde fica longe			-0,123 (0,121)	-0,0978 (0,125)
_cons	-4,219 (2,579)	-1,590*** (0,145)	-1,660*** (0,129)	-4,439 (2,732)
<i>N</i>	2379	2281	2192	2106

Erros padrão entre parênteses

* p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01

4.3 Determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional

A Tabela 4.3 apresenta os factores determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional, medida como transições intergeracionais para fora da pobreza multidimensional.

O género apresenta uma relação distinta nesta dimensão. Ao contrário dos resultados relativos à educação e à actividade profissional, em que as mulheres inquiridas são sistematicamente desfavorecidas, aqui os efeitos do género são menos evidentes. Na especificação inicial, as mulheres inquiridas estão positivamente associadas à mobilidade ascendente em termos do IPM, mas o efeito diminui e torna-se negativo, quando se controlam outros factores no modelo completo, embora o coeficiente seja apenas marginalmente significativo. A idade tem um efeito positivo e decrescente na mobilidade ascendente em termos do IPM, como indicado pelo coeficiente positivo da idade e pelo coeficiente negativo do seu quadrado. Estas relações perdem significado no modelo completo, o que sugere que a associação entre a idade e a mobilidade é mediada por outros factores. O facto de ter nascido depois de 1975 continua a não ser significativo na mobilidade em termos do IPM.

A dinâmica do agregado familiar na infância revela efeitos diferenciados. A poligamia, um factor negativo na educação, está positivamente correlacionada com a mobilidade ascendente em termos do IPM no modelo completo. Por outro lado, a morte de uma mãe tem uma associação marginalmente negativa, consistente com os resultados relativos à educação, destacando a vulnerabilidade ligada à perda materna na infância. A exposição a conflitos surge como um preditor forte e significativo da mobilidade ascendente em termos do IPM, em contraste com o seu papel noutras dimensões da mobilidade. Embora esta conclusão seja contra-intuitiva, pode reflectir o facto de os agregados familiares que ultrapassaram o conflito terem desenvolvido resistência a choques ou beneficiado de programas de recuperação pós-conflito específicos.

Em termos geográficos, as diferenças regionais são acentuadas. Os inquiridos da zona Sul são significativamente mais propensos a registar uma mobilidade ascendente em termos do IPM do que os da zona Norte. A migração é também um factor de previsão forte e consistente da mobilidade ascendente, indicando que a mobilidade geográfica desempenha um papel fundamental na melhoria do bem-estar multidimensional. Tal como acontece com a educação e a profissão, a proximidade de centros de saúde na infância não tem um efeito significativo na mobilidade ascendente nesta dimensão.

Os resultados sublinham que a mobilidade ascendente em termos do IPM é moldada por um conjunto distinto de factores, em comparação com a educação e a actividade profissional. A dinâmica de género, as características do agregado familiar e as

influências geográficas interagem de forma diferente, reflectindo a natureza multifacetada do bem-estar multidimensional.

Tabela 4.3 Mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional e principais características demográficas, da infância e geográficas

	(1)	(2)	(3)	(4)
	MA Multi	MA Multi	MA Multi	MA Multi
Mulher inquirida	0,230*** (0,0847)			-0,176* (0,0982)
Idade	0,108** (0,0511)			0,0609 (0,0592)
Idade^2	-0,000827** (0,000378)			-0,000528 (0,000442)
Nascido >1975	0,0131 (0,253)			0,0186 (0,282)
Mulher chefe do AF		0,0872 (0,138)		0,0839 (0,158)
Chefe do AF fala port.		-0,126 (0,0954)		-0,172 (0,108)
N.º filhos chefe do AF		0,00826 (0,0122)		0,00376 (0,0138)
Poligamia		0,416*** (0,104)		0,245** (0,117)
Mãe faleceu		-0,300* (0,157)		-0,221 (0,177)
Pai faleceu		0,193 (0,143)		-0,0391 (0,166)
Conflito		0,243** (0,0977)		0,409*** (0,109)
Mudou de AF		0,212* (0,112)		0,0811 (0,128)
Centro			0,145 (0,101)	0,145 (0,107)
Sul			1,772*** (0,123)	1,895*** (0,134)
Migrou			0,271*** (0,0937)	0,221** (0,0978)
Centro saúde fica longe			0,105 (0,0921)	0,0778 (0,0963)
_cons	-3,213* (1,710)	0,102 (0,104)	-0,371*** (0,0968)	-2,054 (1,965)
<i>N</i>	2487	2376	2287	2189

Erros padrão entre parênteses

* p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01

4.4 Determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar subjectivo

Os resultados da regressão (Tabela 4.4) analisam os determinantes da mobilidade ascendente no bem-estar subjectivo, medida pelas transições ao longo de uma escala de bem-estar subjectivo ancorada em vinhetas de agregados familiares.

O género apresenta um papel menos consistente quando comparado com os modelos de educação e de actividade profissional. Na especificação inicial, ser mulher está positivamente associado à mobilidade subjectiva ascendente, mas este efeito torna-se insignificante no modelo completo. Esta variação contrasta com os resultados relativos à educação e à actividade profissional, em que as mulheres enfrentaram consistentemente desvantagens, e sublinha que as percepções de mobilidade podem estar menos fortemente ligadas ao género do que as medidas objectivas.

A idade e o seu quadrado sugerem uma relação não linear no modelo completo. Os inquiridos mais jovens têm maior probabilidade de experimentar uma mobilidade subjectiva ascendente, mas esta probabilidade diminui com a idade, indicando que as percepções de mobilidade podem mudar ao longo da vida. O facto de ter nascido depois de 1975 não revela qualquer efeito significativo.

As características do agregado familiar apresentam associações mistas. Mudar de agregado familiar durante a infância reduz significativamente a probabilidade de mobilidade subjectiva ascendente, contrastando com o seu impacto positivo na dimensão da actividade profissional. Os factores como a poligamia, a morte dos pais e o número de filhos não têm efeitos significativos na mobilidade subjectiva, divergindo dos seus papéis mais fortes na educação e na mobilidade em termos do IPM.

Os factores geográficos revelam alguns padrões distintos. Os inquiridos da zona Sul são significativamente mais propensos a reportar uma mobilidade subjectiva ascendente em comparação com os da zona Norte, enquanto ser da zona Centro está negativamente associado à mobilidade subjectiva ascendente. Este facto está em consonância com as conclusões do IPM e sublinha as disparidades regionais na mobilidade percebida e real. A migração surge como um preditor positivo no modelo completo, reflectindo a associação entre mobilidade geográfica e melhores percepções de bem-estar. A distância relativamente a um centro de saúde, surpreendentemente, está positivamente associada à mobilidade subjectiva ascendente. Este resultado pode indicar que os inquiridos que viveram longe dos centros de saúde durante a infância se apercebem de melhorias significativas no bem-estar se os seus actuais agregados familiares estiverem mais próximos desses serviços. As mudanças no acesso a serviços essenciais, e não a distância estática em si, podem influenciar as suas percepções de mobilidade ao longo das gerações.

Em comparação com a mobilidade na educação, na actividade profissional e em termos do IPM, os da mobilidade parecem reflectir factores mais individuais e baseados na percepção do que factores estritamente estruturais. Embora existam algumas sobreposições, como a importância das disparidades regionais e da migração, os resultados realçam a natureza distinta da mobilidade subjectiva, como uma medida que capta interpretações pessoais e narrativas de vida, em vez de mudanças exclusivamente objectivas.

4.5 Correlação entre as medidas de mobilidade

Esta secção apresenta (Tabela 4.5) as tabulações cruzadas e os coeficientes de correlação Tau-b de Kendall para a mobilidade intergeracional nas quatro dimensões analisadas. Estas análises têm como objectivo explorar as relações entre os resultados da mobilidade nas diferentes dimensões.

Educação e actividade profissional

A tabulação cruzada da mobilidade na educação e na actividade profissional revela uma associação quase nula e ligeiramente negativa, com um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de -0,0081. Este facto indica uma falta de alinhamento entre os resultados escolares e os avanços na actividade profissional, sugerindo que as melhorias na educação não se traduzem em ganhos correspondentes no mercado de trabalho. Esta desconexão sublinha potenciais obstáculos, como a falta de correspondência entre as exigências educativas e as exigências do mercado de trabalho, as desigualdades estruturais ou as oportunidades insuficientes para que os indivíduos possam tirar partido dos seus resultados educativos em contextos profissionais.

Educação e bem-estar multidimensional

A associação entre a mobilidade na educação e o bem-estar multidimensional também é fraca, com um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de 0,096. Embora ligeiramente mais forte do que a correlação educação-actividade profissional, a relação continua a ser modesta. Isto reflecte que, embora as melhorias educativas possam contribuir para melhores resultados multidimensionais, não estão fortemente associadas a essas mudanças.

Educação e bem-estar subjectivo

A associação entre a mobilidade na educação e o bem-estar subjectivo também é fraca, com um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de 0,0520. Isto sugere um alinhamento limitado entre a mobilidade nos níveis de ensino e as percepções de melhoria do bem-estar, indicando que as experiências subjectivas podem não corresponder aos resultados educativos.

Tabela 4.4 Mobilidade ascendente no bem-estar subjectivo e principais características demográficas, da infância e geográficas

	(1) MA Subjectiva	(2) MA Subjectiva	(3) MA Subjectiva	(4) MA Subjectiva
Mulher inquirida	0,165** (0,0839)			0,00537 (0,0947)
Idade	-0,0593 (0,0514)			-0,0971* (0,0584)
Idade^2	0,000477 (0,000381)			0,000756* (0,000436)
Nascido >1975	-0,314 (0,252)			-0,242 (0,274)
Mulher chefe do AF		0,128 (0,136)		0,0671 (0,151)
Chefe do AF fala port.		-0,188** (0,0944)		-0,110 (0,104)
N.º filhos chefe do AF		0,0177 (0,0121)		0,0187 (0,0132)
Poligamia		0,0489 (0,101)		-0,0533 (0,111)
Mãe faleceu		0,0288 (0,156)		0,0354 (0,171)
Pai faleceu		-0,0270 (0,141)		-0,152 (0,157)
Conflito		-0,0165 (0,0953)		0,0854 (0,104)
Mudou de AF		-0,434*** (0,108)		-0,593*** (0,122)
Centro			-0,333*** (0,101)	-0,369*** (0,107)
Sul			0,843*** (0,110)	0,879*** (0,119)
Migrou			0,133 (0,0897)	0,191** (0,0939)
Centro saúde fica longe			0,299*** (0,0885)	0,286*** (0,0925)
_cons	1,898 (1,717)	0,186* (0,103)	-0,165* (0,0945)	2,890 (1,935)
N	2487	2376	2287	2189

Erros padrão entre parênteses

* p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01

Actividade profissional e bem-estar multidimensional

A tabulação cruzada para a actividade profissional e o bem-estar multidimensional produz um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de 0,0343. A fraca associação positiva sugere que a mobilidade ascendente na actividade profissional também pode não prever fortemente melhorias no bem-estar multidimensional. Este desalinhamento aponta para potenciais barreiras estruturais que dissociam os avanços profissionais e multidimensionais.

Actividade profissional e bem-estar subjectivo

A mobilidade na actividade profissional e o bem-estar subjectivo também é fraca, com um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de 0,0398. Esta fraca associação sublinha a independência dos resultados das actividades profissionais em relação às percepções subjectivas de bem-estar.

Bem-estar subjectivo e multidimensional

A correlação mais forte é observada entre o bem-estar subjectivo e o multidimensional, com um coeficiente de correlação Tau-b de Kendall de 0,3020. Esta associação positiva moderada indica que as melhorias na pobreza multidimensional estão mais estreitamente alinhadas com as percepções de bem-estar dos indivíduos do que noutras dimensões e sugere que as políticas que melhoram os resultados multidimensionais podem aumentar as percepções individuais de progresso.

Tabela 4.5 Tabulações cruzadas e coeficientes de correlação Tau-b de Kendall para a mobilidade intergeracional nas quatro dimensões

	Actividade profissional			
Educação	-1	0	1	Total
-1	1,6	4,6	1,0	7,2
0	8,0	33,6	6,6	48,1
1	9,7	27,6	7,4	44,7
Total	19,3	65,8	14,9	100,0
Coef. de correlação Tau-b de Kendall = -0,0081 ASE = 0,021				
	Estado em termos do IPM			
Educação	-1	0	1	Total
-1	0,4	3,7	3,1	7,2
0	0,5	21,2	26,8	48,4
1	0,6	16,2	27,6	44,4
Total	1,4	41,1	57,5	100,0
Coef. de correlação Tau-b de Kendall = 0,0968 ASE = 0,021				
	Bem-estar subjectivo			
Educação	-1	0	1	Total
-1	1,6	2,5	3,1	7,2
0	5,3	17,4	25,7	48,4
1	4,7	15,1	24,7	44,4
Total	11,5	35,0	53,5	100,0

Coef. de correlação Tau-b de Kendall = 0,0520 ASE = 0,021				
Estado em termos do IPM				
Actividade profissional	-1	0	1	Total
-1	0,3	8,4	11,5	20,1
0	0,9	27,5	36,3	64,7
1	0,3	5,1	9,8	15,2
Total	1,4	41,0	57,6	100,0
Coef. de correlação Tau-b de Kendall = 0,0343 ASE = 0,019				
Bem-estar subjectivo				
Actividade profissional	-1	0	1	Total
-1	2,5	7,0	10,6	20,1
0	7,4	22,7	34,6	64,7
1	1,5	4,5	9,2	15,2
Total	11,4	34,3	54,4	100,0
Coef. de correlação Tau-b de Kendall = 0,0398 ASE = 0,019				
Bem-estar subjectivo				
Estado em termos do IPM	-1	0	1	Total
-1	0,8	0,5	0,1	1,5
0	6,5	18,3	15,2	39,9
1	4,0	15,1	39,6	58,6
Total	11,3	33,9	54,9	100,0
Coef. de correlação Tau-b de Kendall = 0,3020 ASE = 0,018				

5. Conclusões e recomendações em matéria de políticas

As conclusões deste relatório fornecem uma nova visão geral da mobilidade intergeracional na escolaridade, na actividade profissional e no bem-estar multidimensional e subjectivo em Moçambique, destacando padrões distintos e áreas críticas de preocupação. As métricas de mobilidade revelam disparidades notáveis nos resultados entre dimensões, regiões e géneros. No domínio da educação, observa-se uma mobilidade ascendente significativa, com quase metade dos inquiridos a atingir um nível de escolaridade superior ao dos pais. No entanto, a imobilidade persiste entre aqueles cujos pais não tinham instrução formal, particularmente entre as mulheres inquiridas, o que sublinha a existência de barreiras estruturais persistentes.

A mobilidade profissional, em contrapartida, apresenta um cenário mais sombrio, com menor movimento ascendente e quase dois terços da amostra a permanecer no mesmo nível profissional que os seus pais. A transição da agricultura para o emprego não agrícola também continua a ser limitada, com uma maior percentagem da actual geração a trabalhar na agricultura em comparação com a geração anterior.

No que se refere ao bem-estar multidimensional, a maioria dos inquiridos refere melhorias em relação aos seus agregados familiares de infância, sobretudo em termos

de redução das privações. Contudo, a mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional está distribuída de forma desigual entre as regiões, com as zonas Norte e Centro a registarem taxas de mobilidade ascendente inferiores às da zona Sul.

A mobilidade do bem-estar subjectivo, caracterizada pela comparação da posição do agregado familiar actual dos inquiridos na escala de bem-estar subjectivo com a posição do seu agregado familiar de infância, revela níveis elevados de mobilidade ascendente em todo o país. Isto alinha-se com a tendência geral de redução da pobreza multidimensional ao longo das gerações, com disparidades geográficas semelhantes às encontradas para o bem-estar multidimensional, evidentes também no bem-estar subjectivo.

Os determinantes da mobilidade ascendente variam significativamente consoante as dimensões. O género surge como um factor essencial no que respeita à mobilidade educativa e profissional, sendo o seu papel mais diferenciado no que concerne à mobilidade ascendente no bem-estar multidimensional e subjectivo. Na educação, factores como as características do chefe do agregado familiar, incluindo o seu género e o facto de falar ou não português, bem como a dinâmica do agregado familiar de infância, influenciam significativamente os resultados, embora não estejam associados à mobilidade ascendente na actividade profissional. Os factores geográficos são fortes determinantes da mobilidade em todas as dimensões analisadas, excepto no que respeita à actividade profissional, em que a localização no Norte, no Centro ou no Sul do país não desempenha um papel proeminente.

As correlações entre as medidas de mobilidade revelam um alinhamento limitado, sublinhando a natureza fragmentada da mobilidade intergeracional em Moçambique. A mobilidade educativa e a profissional apresentam uma correlação quase nula, sugerindo que os ganhos na educação não se traduzem consistentemente em avanços profissionais. Este facto evidencia os desafios no mercado de trabalho e as barreiras estruturais que impedem o aproveitamento dos resultados educativos. Em contrapartida, o bem-estar multidimensional e o subjectivo apresentam uma correlação positiva moderada, reflectindo um alinhamento mais próximo entre as melhorias objectivas nos padrões de vida e as percepções de progresso dos indivíduos.

Em conclusão, os resultados evidenciam a existência de alguns progressos no tratamento da questão ainda actual da privação entre gerações, em especial no domínio da educação e do bem-estar multidimensional e subjectivo. Contudo, a persistência de disparidades regionais e de género, associada ao fraco alinhamento entre a mobilidade educativa e a profissional, aponta para barreiras estruturais que continuam a limitar as oportunidades de muitos. Estas constatações sublinham a necessidade de intervenções em matéria de políticas que combatam as desigualdades, melhorem o acesso a uma educação e a um emprego de qualidade e assegurem que os avanços

numa dimensão da mobilidade se traduzam em progressos socioeconómicos mais amplos.

Como já foi referido, a fraca correlação entre os níveis de escolaridade e a mobilidade profissional sugere que são necessários mais esforços para garantir que a educação se traduza em melhores resultados económicos. O actual desalinhamento entre mobilidade educativa e profissional indica que a quantidade no sector da educação pode não ser acompanhada de qualidade e que pode haver uma inadequação de competências que impeça que níveis de escolaridade mais elevados se traduzam em melhores resultados económicos. Neste contexto, a melhoria da educação deve ser acompanhada de uma reforma das estruturas do mercado de trabalho, do reforço da criação de emprego e da melhoria da procura de mão-de-obra qualificada por parte dos empregadores.

A melhoria da mobilidade no mercado de trabalho é também crucial. As políticas devem melhorar a integração do mercado de trabalho e garantir o acesso a melhores infra-estruturas, especialmente nas zonas rurais. A promoção da transformação estrutural através da diversificação da economia para sectores de elevada produtividade poderá proporcionar mais e melhores oportunidades de emprego formal. Simultaneamente, a economia informal, que constitui uma parte significativa do mercado de trabalho, exige integração das políticas, como a melhoria dos direitos laborais, o acesso ao financiamento e o apoio às pequenas e médias empresas (PME). O apoio a indústrias que não sejam de combustão, como o turismo e a agro-indústria, pode também criar novas vias para que as populações rurais abandonem a agricultura de subsistência.

A resolução das disparidades regionais e de género é fundamental para o crescimento inclusivo. As políticas sensíveis ao género devem garantir a igualdade de acesso a oportunidades de educação e emprego, particularmente em regiões como o Norte e o Centro, onde o bem-estar socioeconómico tem sido historicamente mais baixo do que no Sul (DEEF, 2016). As estratégias de desenvolvimento regional devem incluir investimentos em infra-estruturas físicas, integração do mercado e capacidade institucional para criar um ambiente propício à mobilidade. A expansão dos programas de protecção social também proporcionará às populações vulneráveis uma rede de segurança, permitindo-lhes tirar partido das novas oportunidades criadas pela transformação económica. Estas acções políticas não só ajudarão a melhorar a mobilidade social, como também contribuirão para o objectivo mais vasto do crescimento económico sustentável e inclusivo.

Referências

- Alesina, A., Hohmann, S., Michalopoulos, S., e Papaioannou, E. (2021). Intergenerational mobility in Africa. *Econometrica*, 89(1), 1-35.
- Alkire, S., e Foster, J.E. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, vol. 95(7), pp. 476–487.
- Azomahou, T. T., e Yitbarek, E. A. (2016). Intergenerational education mobility in Africa: Has progress been inclusive?. *World Bank Policy Research Working Paper*, (7843).
- Barletta, G., Ibraimo, M., Salvucci, V., Sarmiento, E., e Tarp, F. (2024). The evolution of inequality in Mozambique 1996/97–2019/20. *Development Southern Africa*, 41(6), 1179–1213. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2024.2398545>
- Bossuroy, T., e Cogneau, D. (2013), Social Mobility in Five African Countries. Review of Income and Wealth, 59: S84-S110. <https://doi.org/10.1111/roiw.12037>
- DEEF (2016). Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014/15). Ministério de Economia e Finanças (MEF), Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF). Maputo, Moçambique.
- Fields, G. S., Gindling, T. H., Sen, K., Danquah, M., e Schotte, S. (2023). *The Job Ladder: Transforming Informal Work and Livelihoods in Developing Countries* (p. 464). Oxford University Press.
- Heath, A., e Zhao, Y. (2021). Rethinking occupational mobility in developing countries. *Social Mobility in Developing Countries*.
- Iversen, V., Krishna, A., e Sen, K. (2019). Beyond poverty escapes—social mobility in developing countries: A review article. *The World Bank Research Observer*, 34(2), 239-273.
- Iversen, V., Krishna, A., e Sen, K. (2021). The state of knowledge about social mobility in the developing world. *Social Mobility in Developing Countries*, 3-32.
- Kendall, M. G. (1938). A new measure of rank correlation. *Biometrika*, 30(1-2), 81-93.
- Kendall, M. G. (1945). The treatment of ties in ranking problems. *Biometrika*, 33(3), 239-251.
- Narayan, A., Van der Weide, R., Cojocar, A., Lakner, C., Redaelli, S., Mahler, D. G., ... e Thewissen, S. (2018). Fair progress?: Economic mobility across generations around the world. World Bank Publications.
- Ouedraogo, R., e Syrighas, N. (2021). *Intergenerational Social Mobility in Africa Since 1920*. International Monetary Fund.

- Piraino, P. (2015). Intergenerational earnings mobility and equality of opportunity in South Africa. *World development*, 67, 396-405.
- Ravallion, M., Himelein, K., e Beegle, K. (2016). Can subjective questions on economic welfare be trusted?. *Economic Development and Cultural Change*, 64(4), 697-726.
- Sakri, D., Sumner, A., e Yusuf, A. A. (2023). Great Gatsby and the Global South: Intergenerational Mobility, Income Inequality, and Development. *Elements in Development Economics*.
- World Bank (2022). Mozambique Economic Update Getting Agricultural Support Right. June 2022. The World Bank



Com o apoio de:



**SUOMI
FINLAND**



Embaixada da Noruega



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique